

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/03/2016 à 28/02/2017	10
DMPL - 01/03/2015 à 29/02/2016	11
DMPL - 01/03/2014 à 28/02/2015	12
Demonstração de Valor Adicionado	13

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	15
Balanço Patrimonial Passivo	16
Demonstração do Resultado	18
Demonstração do Resultado Abrangente	19
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	20

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/03/2016 à 28/02/2017	22
DMPL - 01/03/2015 à 29/02/2016	23
DMPL - 01/03/2014 à 28/02/2015	24
Demonstração de Valor Adicionado	25

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	27
---	----

Notas Explicativas	37
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	93
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	96
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	97

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 28/02/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	123.017.292
Preferenciais	0
Total	123.017.292
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária	28/02/2017	Dividendo	28/02/2017	Ordinária		0,39816

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 28/02/2017	Penúltimo Exercício 29/02/2016	Antepenúltimo Exercício 28/02/2015
1	Ativo Total	3.287.830	3.024.923	2.761.869
1.01	Ativo Circulante	1.726.558	1.280.776	1.202.180
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	95.005	352.519	225.985
1.01.02	Aplicações Financeiras	470.677	30.378	52.990
1.01.03	Contas a Receber	479.236	393.099	413.479
1.01.04	Estoques	579.245	340.579	366.849
1.01.06	Tributos a Recuperar	67.597	105.802	109.370
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	34.798	58.399	33.507
1.01.08.03	Outros	34.798	58.399	33.507
1.01.08.03.01	Instrumentos Financeiros - Derivativos	614	0	0
1.01.08.03.02	Partes Relacionadas	5.498	7.664	13.513
1.01.08.03.03	Outros Créditos	20.591	45.075	15.064
1.01.08.03.04	Despesas do Exercício Seguinte	8.095	5.660	4.930
1.02	Ativo Não Circulante	1.561.272	1.744.147	1.559.689
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	72.645	37.212	40.981
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	32.597	0	16.872
1.02.01.04	Estoques	8.604	16.991	0
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	15.934	11.713	0
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	15.510	8.508	24.109
1.02.01.09.03	Impostos a Recuperar	1.867	3.518	2.798
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	8.776	4.878	4.953
1.02.01.09.05	Outros Créditos	4.867	112	16.358
1.02.02	Investimentos	765.331	972.597	760.070
1.02.03	Imobilizado	494.095	516.269	531.627
1.02.04	Intangível	229.201	218.069	227.011

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 28/02/2017	Penúltimo Exercício 29/02/2016	Antepenúltimo Exercício 28/02/2015
2	Passivo Total	3.287.830	3.024.923	2.761.869
2.01	Passivo Circulante	1.068.668	723.750	648.123
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	43.425	41.671	23.290
2.01.02	Fornecedores	322.575	243.689	217.686
2.01.03	Obrigações Fiscais	24.222	22.479	4.626
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	634.950	356.521	257.847
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	488.872	147.396	84.969
2.01.04.02	Debêntures	146.078	209.125	172.878
2.01.05	Outras Obrigações	43.496	59.390	144.674
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	26.060	28.964	29.860
2.01.05.02	Outros	17.436	30.426	114.814
2.01.05.02.04	Programa de Parcelamento Especial	9.613	9.782	9.981
2.01.05.02.05	Dividendos a Pagar	0	0	25.950
2.01.05.02.06	Títulos a Pagar	0	0	71.239
2.01.05.02.07	Outras Contas a Pagar	7.823	20.644	7.644
2.02	Passivo Não Circulante	858.439	874.735	969.992
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	696.048	738.778	789.955
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	81.672	403.951	271.988
2.02.01.02	Debêntures	614.376	334.827	517.967
2.02.02	Outras Obrigações	49.926	54.748	123.577
2.02.02.02	Outros	49.926	54.748	123.577
2.02.02.02.03	Programa de Parcelamento Especial	49.871	54.748	70.089
2.02.02.02.04	Outras Contas a Pagar	55	0	53.488
2.02.03	Tributos Diferidos	83.209	67.379	46.588
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	83.209	67.379	46.588
2.02.04	Provisões	29.256	13.830	9.872
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	29.256	13.830	9.872
2.03	Patrimônio Líquido	1.360.723	1.426.438	1.143.754

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 28/02/2017	Penúltimo Exercício 29/02/2016	Antepenúltimo Exercício 28/02/2015
2.03.01	Capital Social Realizado	581.374	527.428	527.428
2.03.02	Reservas de Capital	70.510	70.510	70.510
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	70.510	70.510	70.510
2.03.04	Reservas de Lucros	479.697	430.780	320.061
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	229.142	397.720	225.755

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/03/2016 à 28/02/2017	Penúltimo Exercício 01/03/2015 à 29/02/2016	Antepenúltimo Exercício 01/03/2014 à 28/02/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	3.687.916	2.939.505	2.605.264
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.788.176	-2.206.188	-1.985.545
3.03	Resultado Bruto	899.740	733.317	619.719
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-470.770	-448.522	-370.965
3.04.01	Despesas com Vendas	-344.608	-293.574	-286.837
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-199.014	-171.970	-132.226
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	6.337	0	7.492
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	-19.547	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	66.515	36.569	40.606
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	428.970	284.795	248.754
3.06	Resultado Financeiro	-144.393	-126.316	-110.607
3.06.01	Receitas Financeiras	46.012	54.250	64.721
3.06.02	Despesas Financeiras	-190.405	-180.566	-175.328
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	284.577	158.479	138.147
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-83.046	-47.703	-33.187
3.08.01	Corrente	-67.216	-26.912	-3.009
3.08.02	Diferido	-15.830	-20.791	-30.178
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	201.531	110.776	104.960
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	201.531	110.776	104.960
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	1,64	0,98	0,93

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/03/2016 à 28/02/2017	Penúltimo Exercício 01/03/2015 à 29/02/2016	Antepenúltimo Exercício 01/03/2014 à 28/02/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	201.531	110.776	104.960
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-164.468	175.958	79.084
4.03	Resultado Abrangente do Período	37.063	286.734	184.044

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/03/2016 à 28/02/2017	Penúltimo Exercício 01/03/2015 à 29/02/2016	Antepenúltimo Exercício 01/03/2014 à 28/02/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	193.210	383.219	319.967
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	437.629	361.198	287.011
6.01.01.01	Resultado Antes dos Impostos	284.577	158.479	138.147
6.01.01.02	Resultado de Equivalência Patrimonial	-66.515	-36.569	-40.606
6.01.01.03	Encargos Financeiros Provisão	150.621	155.992	141.456
6.01.01.04	Provisão (Reversão) para Devedores Duvidosos	4.322	1.079	-4.541
6.01.01.05	Provisão (Reversão) para Descontos	7.523	12.865	-2.159
6.01.01.06	Provisão (Reversão) para Demandas Judiciais	15.426	3.958	1.821
6.01.01.07	Provisão (Reversão) Outras Contas	-14.620	0	0
6.01.01.09	Depreciações	45.395	44.680	44.881
6.01.01.10	Amortizações	8.270	8.608	8.263
6.01.01.11	Baixa Intangível	0	3.081	0
6.01.01.12	Baixa Bens do Imobilizado	2.630	9.025	-251
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-244.419	22.021	32.956
6.01.02.01	Redução (Aumento) nos Ativos - Contas a Receber de Clientes	-97.982	6.435	3.059
6.01.02.02	Redução (Aumento) nos Ativos - Estoques	-230.023	-13.189	35.245
6.01.02.03	Redução (Aumento) nos Ativos - Outros Ativos Circulantes e Não Circulantes	-16.744	-30.429	-49.400
6.01.02.04	(Redução) Aumento nos Passivos - Fornecedores	73.352	25.108	42.082
6.01.02.05	(Redução) Aumento nos Passivos - Salários e Encargos a Pagar	1.754	18.382	-8.360
6.01.02.06	(Redução) Aumento nos Passivos - Obrigações Tributárias	-3.303	2.313	-4.690
6.01.02.07	(Redução) Aumento nos Passivos - Outros Passivos Circulantes e Não Circulantes	28.527	13.401	15.020
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-379.079	-118.190	-139.782
6.02.01	Aplicações Financeiras	-472.896	39.483	-13.008
6.02.02	Aumento de Capital	73.724	0	0
6.02.03	Dividendos Recebidos	63.541	0	0
6.02.04	Venda de Imobilizado	9.637	8.549	6.080
6.02.05	Adições ao Intangível	-1.162	-2.747	-984
6.02.06	Adições aos Investimentos	-15.422	-125.128	-84.880

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/03/2016 à 28/02/2017	Penúltimo Exercício 01/03/2015 à 29/02/2016	Antepenúltimo Exercício 01/03/2014 à 28/02/2015
6.02.07	Adições ao Imobilizado	-36.501	-38.347	-46.990
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-71.645	-138.495	-163.603
6.03.01	Captação de Empréstimos	641.468	272.060	279.861
6.03.02	Liquidação de Empréstimos	-430.975	-269.460	-313.926
6.03.03	Dividendos Distribuídos	-156.724	-30.000	-33.533
6.03.04	Juros Pagos sobre Empréstimos	-125.414	-111.095	-96.005
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-257.514	126.534	16.582
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	352.519	225.985	209.403
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	95.005	352.519	225.985

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/03/2016 à 28/02/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	527.428	70.510	430.780	0	397.720	1.426.438
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	527.428	70.510	430.780	0	397.720	1.426.438
5.04	Transações de Capital com os Sócios	53.946	0	-156.724	0	0	-102.778
5.04.01	Aumentos de Capital	73.724	0	0	0	0	73.724
5.04.06	Dividendos	0	0	-156.724	0	0	-156.724
5.04.08	Redução de Capital - Cisão	-19.778	0	0	0	0	-19.778
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	201.531	-164.468	37.063
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	201.531	0	201.531
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-164.468	-164.468
5.05.02.06	Variação Cambial sobre Investimento no Exterior	0	0	0	0	-164.468	-164.468
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	205.641	-201.531	-4.110	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	205.641	-205.641	0	0
5.06.04	Realização Depreciação do Valor Justo, Líquido de Impostos	0	0	0	4.110	-4.110	0
5.07	Saldos Finais	581.374	70.510	479.697	0	229.142	1.360.723

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/03/2015 à 29/02/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	527.428	70.510	320.061	0	225.755	1.143.754
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	527.428	70.510	320.061	0	225.755	1.143.754
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-4.050	0	-4.050
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-4.050	0	-4.050
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	110.776	175.958	286.734
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	110.776	0	110.776
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	175.958	175.958
5.05.02.06	Variação Cambial sobre Investimentos no Exterior	0	0	0	0	175.958	175.958
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	110.719	-106.726	-3.993	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	110.719	-110.719	0	0
5.06.04	Realização Depreciação do Valor Justo, Líquido dos Impostos	0	0	0	3.993	-3.993	0
5.07	Saldos Finais	527.428	70.510	430.780	0	397.720	1.426.438

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/03/2014 à 28/02/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	527.428	70.843	236.965	0	150.757	985.993
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	527.428	70.843	236.965	0	150.757	985.993
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-25.950	0	-25.950
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-25.950	0	-25.950
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	104.960	79.084	184.044
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	104.960	0	104.960
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	79.084	79.084
5.05.02.06	Variação Cambial sobre Investimento no Exterior	0	0	0	0	79.084	79.084
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-333	83.096	-79.010	-4.086	-333
5.06.01	Constituição de Reservas	0	-333	83.096	-83.096	0	-333
5.06.04	Realização Depreciação do Valor Justo, líquido de impostos	0	0	0	4.086	-4.086	0
5.07	SalDOS Finais	527.428	70.510	320.061	0	225.755	1.143.754

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/03/2016 à 28/02/2017	Penúltimo Exercício 01/03/2015 à 29/02/2016	Antepenúltimo Exercício 01/03/2014 à 28/02/2015
7.01	Receitas	4.054.967	3.229.868	2.860.408
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	4.041.870	3.226.887	2.848.347
7.01.02	Outras Receitas	17.672	4.828	12.051
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-4.575	-1.847	10
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.999.217	-2.385.057	-2.153.247
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-2.460.308	-1.885.824	-1.712.225
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-515.313	-474.857	-436.463
7.02.04	Outros	-23.596	-24.376	-4.559
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.055.750	844.811	707.161
7.04	Retenções	-53.665	-53.288	-53.144
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-53.665	-53.288	-53.144
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.002.085	791.523	654.017
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	112.527	90.819	105.328
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	66.515	36.569	40.606
7.06.02	Receitas Financeiras	46.012	54.250	64.722
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.114.612	882.342	759.345
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.114.612	882.342	759.345
7.08.01	Pessoal	269.230	243.725	209.164
7.08.01.01	Remuneração Direta	143.917	129.670	121.757
7.08.01.02	Benefícios	53.313	53.466	40.769
7.08.01.03	F.G.T.S.	13.038	15.202	12.520
7.08.01.04	Outros	58.962	45.387	34.118
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	431.691	332.365	257.836
7.08.02.01	Federais	139.113	104.165	64.958
7.08.02.02	Estaduais	289.543	225.655	190.062
7.08.02.03	Municipais	3.035	2.545	2.816
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	212.160	195.476	187.385
7.08.03.01	Juros	190.405	180.566	175.328

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/03/2016 à 28/02/2017	Penúltimo Exercício 01/03/2015 à 29/02/2016	Antepenúltimo Exercício 01/03/2014 à 28/02/2015
7.08.03.02	Aluguéis	21.755	14.910	12.057
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	201.531	110.776	104.960
7.08.04.02	Dividendos	156.724	0	25.950
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	44.807	110.776	79.010

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 28/02/2017	Penúltimo Exercício 29/02/2016	Antepenúltimo Exercício 28/02/2015
1	Ativo Total	3.830.638	3.741.804	3.265.758
1.01	Ativo Circulante	2.379.833	2.190.804	1.777.702
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	139.698	441.377	243.978
1.01.02	Aplicações Financeiras	470.677	50.666	134.830
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	470.677	50.666	134.830
1.01.03	Contas a Receber	676.680	615.038	575.326
1.01.04	Estoques	953.862	857.640	644.975
1.01.06	Tributos a Recuperar	75.744	117.705	122.793
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	63.172	108.378	55.800
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	63.172	108.378	55.800
1.01.08.01.01	Instrumentos Financeiros - Derivativos	614	0	0
1.01.08.01.02	Partes Relacionadas	10.218	23.555	13.362
1.01.08.01.03	Outros Créditos	41.104	75.671	33.150
1.01.08.01.04	Despesas do Exercício Seguinte	11.236	9.152	9.288
1.02	Ativo Não Circulante	1.450.805	1.551.000	1.488.056
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	62.912	38.694	46.821
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	32.597	74	16.936
1.02.01.04	Estoques	9.766	16.991	0
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	0	7.150	5.171
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	20.549	14.479	24.714
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	9.220	4.949	5.028
1.02.01.09.04	Outros Créditos	9.462	6.012	16.888
1.02.01.09.05	Impostos a Recuperar	1.867	3.518	2.798
1.02.02	Investimentos	27.258	20.936	20.271
1.02.03	Imobilizado	797.746	897.619	830.847
1.02.04	Intangível	562.889	593.751	590.117

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 28/02/2017	Penúltimo Exercício 29/02/2016	Antepenúltimo Exercício 28/02/2015
2	Passivo Total	3.830.638	3.741.804	3.265.758
2.01	Passivo Circulante	1.410.369	1.243.648	975.089
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	65.325	60.532	42.307
2.01.02	Fornecedores	467.881	460.561	418.607
2.01.03	Obrigações Fiscais	34.793	54.030	27.464
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	780.171	576.906	340.272
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	634.093	367.781	167.394
2.01.04.02	Debêntures	146.078	209.125	172.878
2.01.05	Outras Obrigações	62.199	91.619	146.439
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	4.546	7.640	6.241
2.01.05.02	Outros	57.653	83.979	140.198
2.01.05.02.04	Programa de Parcelamento Especial	9.780	9.964	10.173
2.01.05.02.05	Dividendos a Pagar	0	0	25.950
2.01.05.02.06	Títulos a Pagar	0	0	71.239
2.01.05.02.07	Outras Contas a Pagar	47.873	74.015	32.836
2.02	Passivo Não Circulante	1.059.546	1.071.718	1.146.915
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	877.119	913.287	954.108
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	262.743	578.460	436.141
2.02.01.02	Debêntures	614.376	334.827	517.967
2.02.02	Outras Obrigações	50.953	55.954	124.915
2.02.02.02	Outros	50.953	55.954	124.915
2.02.02.02.03	Programa de Parcelamento Especial	50.745	55.794	71.316
2.02.02.02.04	Outras Contas a Pagar	208	160	53.599
2.02.03	Tributos Diferidos	99.935	87.669	56.766
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	99.935	87.669	56.766
2.02.04	Provisões	31.539	14.808	11.126
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	31.539	14.808	11.126
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.360.723	1.426.438	1.143.754

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 28/02/2017	Penúltimo Exercício 29/02/2016	Antepenúltimo Exercício 28/02/2015
2.03.01	Capital Social Realizado	581.374	527.428	527.428
2.03.02	Reservas de Capital	70.510	70.510	70.510
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	70.510	70.510	70.510
2.03.04	Reservas de Lucros	479.697	430.780	320.061
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	229.142	397.720	225.755

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/03/2016 à 28/02/2017	Penúltimo Exercício 01/03/2015 à 29/02/2016	Antepenúltimo Exercício 01/03/2014 à 28/02/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	4.947.730	4.228.949	3.675.782
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-3.726.592	-3.194.800	-2.824.365
3.03	Resultado Bruto	1.221.138	1.034.149	851.417
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-760.746	-696.993	-566.393
3.04.01	Despesas com Vendas	-508.654	-444.430	-402.099
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-256.024	-227.081	-173.907
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	3.191	0	9.916
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	-19.825	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	741	-5.657	-303
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	460.392	337.156	285.024
3.06	Resultado Financeiro	-158.014	-155.945	-128.269
3.06.01	Receitas Financeiras	66.872	71.960	75.798
3.06.02	Despesas Financeiras	-224.886	-227.905	-204.067
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	302.378	181.211	156.755
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-100.847	-70.435	-51.795
3.08.01	Corrente	-86.971	-40.944	-16.898
3.08.02	Diferido	-13.876	-29.491	-34.897
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	201.531	110.776	104.960
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	201.531	110.776	104.960
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	201.531	110.776	104.960
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	1,64	0,98	0,93

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/03/2016 à 28/02/2017	Penúltimo Exercício 01/03/2015 à 29/02/2016	Antepenúltimo Exercício 01/03/2014 à 28/02/2015
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	201.531	110.776	104.960
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-164.468	175.958	79.084
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	37.063	286.734	184.044
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	37.063	286.734	184.044

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/03/2016 à 28/02/2017	Penúltimo Exercício 01/03/2015 à 29/02/2016	Antepenúltimo Exercício 01/03/2014 à 28/02/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	289.620	343.167	452.009
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	574.941	493.406	392.178
6.01.01.01	Resultado Antes dos Impostos	302.378	181.211	156.755
6.01.01.02	Resultado de Equivaência Patrimonial	-741	5.657	303
6.01.01.03	Encargos Financeiros Provisionados	171.385	181.129	163.231
6.01.01.04	Provisão (Reversão) para devedores duvidosos	4.901	1.551	-4.551
6.01.01.05	Provisão (Reversão) para Descontos	7.523	12.865	-2.159
6.01.01.06	Provisão (Reversão) para Demandas Judiciais	16.731	3.682	1.536
6.01.01.07	Provisão (Reversão) Outras Contas	-12.357	0	0
6.01.01.08	Depreciações	78.234	77.105	67.414
6.01.01.09	Amortizações	8.365	8.650	8.849
6.01.01.10	Baixa Intangível	0	3.082	0
6.01.01.11	Baixa Bens do Ativo Imobilizado	3.208	13.611	-2.500
6.01.01.12	Outros	-4.686	4.863	3.300
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-285.321	-150.239	59.831
6.01.02.01	Redução (Aumento) nos Ativos - Contas a Receber Clientes	-129.291	8.759	4.905
6.01.02.02	Redução (Aumento) nos Ativos - Estoques	-191.423	-157.972	46.633
6.01.02.03	Redução (Aumento) nos Ativos - Outros Ativos Circulantes e Não Circulantes	-31.472	-62.336	-63.074
6.01.02.04	(Redução) Aumento nos Passivos - Fornecedores	47.978	-25.498	31.848
6.01.02.05	(Redução) Aumento nos Passivos - Salários e Encargos a Pagar	8.887	12.612	-6.518
6.01.02.06	(Redução) Aumento nos Passivos - Obrigações Tributárias	-4.076	19.921	7.213
6.01.02.07	(Redução) Aumento nos Passivos - Outros Passivos Circulantes e Nao Circulantes	14.076	54.275	38.824
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-473.014	-73.185	-268.368
6.02.01	Aplicações Financeiras	-467.455	128.149	-64.490
6.02.02	Aumento de Capital	73.724	0	0
6.02.03	Venda de Imobilizado	9.637	8.549	6.268
6.02.04	Adições ao Intangível	-2.509	-3.123	-1.145
6.02.05	Adições ao Investimento	-15.422	-125.128	-142.534

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/03/2016 à 28/02/2017	Penúltimo Exercício 01/03/2015 à 29/02/2016	Antepenúltimo Exercício 01/03/2014 à 28/02/2015
6.02.06	Adições ao Imobilizado	-70.989	-81.632	-70.079
6.02.07	Caixa Adivindo de Aquisições	0	0	3.612
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-118.285	-72.583	-201.519
6.03.01	Captação de Empréstimos	1.293.375	913.419	829.057
6.03.02	Liquidação de Empréstimos	-1.097.363	-798.360	-889.875
6.03.03	Juros Pagos sobre Empréstimos	-157.573	-157.642	-106.701
6.03.04	Dividendos Distribuídos	-156.724	-30.000	-34.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-301.679	197.399	-17.878
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	441.377	243.978	261.856
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	139.698	441.377	243.978

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/03/2016 à 28/02/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	527.428	70.510	430.780	0	397.720	1.426.438	0	1.426.438
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	527.428	70.510	430.780	0	397.720	1.426.438	0	1.426.438
5.04	Transações de Capital com os Sócios	53.946	0	-156.724	0	0	-102.778	0	-102.778
5.04.01	Aumentos de Capital	73.724	0	0	0	0	73.724	0	73.724
5.04.06	Dividendos	0	0	-156.724	0	0	-156.724	0	-156.724
5.04.08	Redução de Capital - Cisão	-19.778	0	0	0	0	-19.778	0	-19.778
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	201.531	-164.468	37.063	0	37.063
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	201.531	0	201.531	0	201.531
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-164.468	-164.468	0	-164.468
5.05.02.06	Variação Cambial sobre Investimento no Exterior	0	0	0	0	-164.468	-164.468	0	-164.468
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	205.641	-201.531	-4.110	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	205.641	-205.641	0	0	0	0
5.06.04	Realização Depreciação do Valor Justo, Líquido de Impostos	0	0	0	4.110	-4.110	0	0	0
5.07	Saldos Finais	581.374	70.510	479.697	0	229.142	1.360.723	0	1.360.723

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/03/2015 à 29/02/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	527.428	70.510	320.061	0	225.755	1.143.754	0	1.143.754
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	527.428	70.510	320.061	0	225.755	1.143.754	0	1.143.754
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-4.050	0	-4.050	0	-4.050
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-4.050	0	-4.050	0	-4.050
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	110.776	175.958	286.734	0	286.734
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	110.776	0	110.776	0	110.776
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	175.958	175.958	0	175.958
5.05.02.06	Variação Cambial sobre Investimento no Exterior	0	0	0	0	175.958	175.958	0	175.958
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	110.719	-106.726	-3.993	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	110.719	-110.719	0	0	0	0
5.06.04	Realização Depreciação do Valor Justo, Líquido dos Impostos	0	0	0	3.993	-3.993	0	0	0
5.07	Saldos Finais	527.428	70.510	430.780	0	397.720	1.426.438	0	1.426.438

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/03/2014 à 28/02/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	527.428	70.843	236.965	0	150.757	985.993	0	985.993
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	527.428	70.843	236.965	0	150.757	985.993	0	985.993
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-25.950	0	-25.950	0	-25.950
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-25.950	0	-25.950	0	-25.950
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	104.960	79.084	184.044	0	184.044
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	104.960	0	104.960	0	104.960
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	79.084	79.084	0	79.084
5.05.02.06	Variação Cambial sobre Investimento no Exterior	0	0	0	0	79.084	79.084	0	79.084
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-333	83.096	-79.010	-4.086	-333	0	-333
5.06.01	Constituição de Reservas	0	-333	83.096	-83.096	0	-333	0	-333
5.06.04	Realização Depreciação do Valor Justo, Líquido delImpostos	0	0	0	4.086	-4.086	0	0	0
5.07	Saldos Finais	527.428	70.510	320.061	0	225.755	1.143.754	0	1.143.754

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/03/2016 à 28/02/2017	Penúltimo Exercício 01/03/2015 à 29/02/2016	Antepenúltimo Exercício 01/03/2014 à 28/02/2015
7.01	Receitas	5.499.370	4.646.186	4.108.811
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	5.479.885	4.632.791	4.091.377
7.01.02	Outras Receitas	25.013	16.663	18.067
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-5.528	-3.268	-633
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.134.488	-3.496.639	-3.165.742
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-3.389.101	-2.804.201	-2.577.395
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-711.324	-655.973	-580.207
7.02.04	Outros	-34.063	-36.465	-8.140
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.364.882	1.149.547	943.069
7.04	Retenções	-86.599	-85.755	-76.263
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-86.599	-85.755	-76.263
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.278.283	1.063.792	866.806
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	67.613	66.303	75.496
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	741	-5.657	-303
7.06.02	Receitas Financeiras	66.872	71.960	75.799
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.345.896	1.130.095	942.302
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.345.896	1.130.095	942.302
7.08.01	Pessoal	400.875	372.944	311.308
7.08.01.01	Remuneração Direta	259.627	243.983	208.668
7.08.01.02	Benefícios	69.198	68.331	55.903
7.08.01.03	F.G.T.S.	13.038	15.202	12.520
7.08.01.04	Outros	59.012	45.428	34.217
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	496.530	403.207	309.691
7.08.02.01	Federais	158.356	128.447	84.752
7.08.02.02	Estaduais	329.829	266.707	219.026
7.08.02.03	Municipais	8.345	8.053	5.913
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	246.960	243.168	216.343
7.08.03.01	Juros	224.886	227.905	204.067

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/03/2016 à 28/02/2017	Penúltimo Exercício 01/03/2015 à 29/02/2016	Antepenúltimo Exercício 01/03/2014 à 28/02/2015
7.08.03.02	Aluguéis	22.074	15.263	12.276
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	201.531	110.776	104.960
7.08.04.02	Dividendos	156.724	0	25.950
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	44.807	110.776	79.010



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhoras e Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Camil Alimentos S.A. ("Companhia"), relativas ao período findo em 28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes. Este Relatório da Administração foi elaborado com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia

A Administração

1. Mensagem da Administração

Nos últimos doze meses encontramos desafios importantes devido às condições macroeconômicas adversas, o aprofundamento do quadro recessivo, à queda da renda e do emprego, à alta inflacionária e à instabilidade política que resultou no impeachment do mandato da presidente Dilma Rousseff. Mesmo neste cenário, apresentamos uma evolução positiva em nossos resultados operacionais e financeiros, fruto de fortes investimentos em nossas marcas e o foco em resultado dos nossos colaboradores.

Neste último ano, continuamos o nosso processo de reorganização de nossa força comercial. Nosso foco continua em explorar, de forma conjunta, e unificada a liderança e relevância de nossas marcas. Para isso, redesenhamos a nossa organização de vendas para que nossos vendedores possam oferecer nossos produtos de forma integrada criando importantes sinergias em nosso processo de venda. Além disso, implementamos uma plataforma de vendas que permite aos nossos vendedores e representantes comerciais a realização de pedidos de forma *on-line* e *off-line*.

A relevância de nossas marcas continua sendo uma das prioridades da Companhia. No segmento de arroz realizamos a campanha "Eu sou Camil. Eu sou Arroz com Feijão", com a participação de celebridades renomadas com alta identificação com nosso posicionamento. Conseguimos observar um alto nível de reconhecimento e melhoria de percepção no valor de nossa marca. No segmento de Açúcar, focamos nossos esforços na marca centenária União, que continua sendo a referência e Top of Mind no segmento ¹.

Encerramos nosso exercício com uma receita líquida consolidada de R\$ 4.9 bilhões, e um EBITDA consolidado de R\$ 547 milhões, recorde histórico da Companhia. Agradecemos ao empenho de nossos colaboradores que foram essenciais para o atingimento destas marcas. Permanecemos confiantes no potencial da Companhia e na capacidade de continuar um movimento de crescimento no longo prazo.

¹ Fonte: : Top of Mind *Brand Analytics*, 2014



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

2. Descrição dos Negócios da Companhia

A Companhia é uma sociedade por ações, que se dedica ao beneficiamento, processamento, produção, empacotamento e comercialização de arroz, feijão, soja, milho, açúcar, pescados enlatados (sardinha e atum), dentre outros produtos agrícolas e alimentos. Atualmente, a Companhia possui atuação no Brasil, Uruguai, Chile, Peru e Argentina. No mercado brasileiro, é a líder em *market share* entre os principais fabricantes e marcas de arroz (marca Camil)², feijão (marca Camil)³ e na comercialização de açúcar refinado (marca União)³, bem como ocupa o 1º lugar no mercado de sardinha enlatada³ e o 2º lugar no mercado de atum enlatado³ (marca Coqueiro). A Companhia também é a líder no mercado de arroz no Uruguai (marca Saman⁴), Chile (marca Tucapel⁴) e Peru (marca Costeño⁴).

As atividades da Companhia tiveram início no ano de 1963, sob a forma de uma cooperativa no setor de arroz, e desde então, vem se expandindo tanto organicamente quanto por meio de aquisições de empresas e/ou marcas de alimentos no Brasil e em alguns dos principais países da América do Sul. Atualmente, a Camil possui um amplo portfólio de marcas, incluindo “Camil”, “Pescador”, “Coqueiro”, “União”, “Barra”, “Dolce”, “Neve” e “Duçula” no Brasil, “Saman” no Uruguai, “Tucapel” no Chile; e “Costeño” e “Paisana” no Peru. Com essas marcas a Companhia possui uma posição destacada nos mercados de pescados e açúcares do Brasil e América Latina.

A Companhia possui quinze unidades industriais no Brasil para atenderem os segmentos de grãos, açúcar e processamento de pescados. Fora do Brasil, a Companhia possui nove plantas para beneficiamento de grãos no Uruguai, três no Chile e três no Peru.

3. Governança Corporativa

Somos uma companhia comprometida em manter elevados padrões de governança corporativa, baseada em princípios que privilegiam a transparência, tratamento igualitário dos acionistas, prestação de contas, responsabilidade corporativa e respeito aos acionistas.

Desde 1.998, tivemos como acionistas fundos de *Private Equity* que nos ajudaram a desenvolver e adotar práticas de governança corporativa diferenciadas, tendo, atualmente, como acionista o fundo Warburg Pincus, um dos maiores fundos de *Private Equity* global. Contamos ainda com a participação do Sr. José Fay, ex-CEO da BRF – Brasil Foods S.A., e do Sr. Carlos Júlio, ex-CEO da Tecnisa, como membros independentes de nosso Conselho de Administração, além de dispormos de um Código de Ética, que reúne os princípios e valores que devem orientar os comportamentos e as atitudes de todos os envolvidos na condução de nossos negócios.

² Fonte: : Nielsen, Dezembro 2017

³ Fonte: Nielsen, Dezembro 2017

⁴ Fonte: IPSOS; Mercado y Opinión; CADEM; Vermeer; Nielsen; Kantar World Panel and Uruguay Rice Harvest Report



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

4. Desempenho Operacional e Financeiro

Receita Líquida de Vendas e Serviços

A receita líquida de vendas e serviços aumentou 17,0%, ou R\$718,8 milhões, de R\$4.228,9 milhões no exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2016 para R\$4.947,7 milhões no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2017. Esse aumento foi devido, principalmente, ao aumento da receita líquida de vendas e serviços no Segmento Alimentício Brasileiro, o qual, por sua vez, foi parcialmente compensado pela redução da receita líquida de vendas e serviços no Segmento Alimentício Internacional, conforme detalhado abaixo:

- *Segmento Alimentício Brasileiro.* A receita líquida de vendas e serviços no Segmento Alimentício Brasileiro aumentou 25,5%, ou R\$748,0 milhões, de R\$2.935,3 milhões no exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2016 para R\$3.683,3 milhões no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2017. Esse aumento foi devido, principalmente, ao aumento dos volumes das vendas de arroz, feijão, açúcar e pescados enlatados, e de seus respectivos preços médios de venda, especialmente o preço médio de venda do açúcar, conforme descrito abaixo:
 - *Arroz.* O volume das vendas de arroz aumentou 8,1%, de, aproximadamente, 554,9 mil toneladas no exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2016 para, aproximadamente, 599,6 mil toneladas no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2017. O aumento no volume das vendas de arroz foi resultado do reconhecimento e força de nossas marcas com características menos *premium* que capturaram a oportunidade de mercado decorrente da demanda de consumidores por marcas diferentes de suas prediletas devido ao cenário macroeconômico adverso no Brasil durante o período. Adicionalmente ao aumento no volume das vendas de arroz, o preço médio de venda de arroz aumentou 16,0%, de R\$1,97 por quilo no exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2016 para R\$2,28 por quilo no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2017. O aumento no preço médio de venda de arroz no período foi devido principalmente ao repasse que fizemos aos preços de nossos produtos do aumento do custo de compra de arroz, causado pelas condições climáticas adversas que ocasionaram a quebra da safra no estado do Rio Grande do Sul, principal estado produtor de arroz em casca consumido pela Companhia.
 - *Feijão.* O volume das vendas de feijão aumentou 10,6%, de, aproximadamente, 68,7 mil toneladas no exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2016 para, aproximadamente, 76,0 mil toneladas no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2017. O aumento no volume das vendas de feijão foi devido principalmente ao bom desempenho de vendas do feijão tipo preto que apresentou forte crescimento em todas as regiões, como resultado da queda de vendas do feijão tipo carioca, causado pelas condições climáticas adversas que ocasionaram a quebra de safra nos principais estados de origem da matéria prima consumida pela Companhia. Adicionalmente ao aumento no volume das vendas de feijão, o preço médio de venda de feijão aumentou 48,1%, de R\$3,55 por quilo no exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2016 para R\$5,26 por quilo no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2017, devido ao impacto negativo da quebra de safra do feijão carioca, que é produzido unicamente no Brasil, causando assim a elevação de preços da matéria prima adquirida durante o período, que foi repassada ao preço de nossos produtos.
 - *Açúcar.* O volume das vendas de açúcar aumentou 1,5%, de, aproximadamente, 545,3 mil toneladas no exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2016 para, aproximadamente, 553,3 mil toneladas no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2017. O aumento no volume das vendas de açúcar foi devido principalmente aos esforços de marketing e de relacionamento com distribuidores da Companhia, apesar de uma situação difícil de suprimento. Adicionalmente ao aumento no volume das vendas de açúcar, o preço médio de venda de açúcar aumentou 30,7%, de R\$1,71 por quilo no exercício social encerrado em

**Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**

29 de fevereiro de 2016 para R\$2,24 por quilo no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2017, devido ao aumento do preço internacional do açúcar decorrente do déficit mundial na produção, principalmente na Índia e Tailândia, e baixa recuperação nos mercados brasileiro e europeu, combinado com a alta cotação do indexador ESALQ cristal, utilizado no mercado brasileiro como referência para o preço de venda do açúcar, causada pelas condições internacionais.

- *Pescados enlatados.* O volume das vendas de pescados enlatados aumentou 6,2%, de, aproximadamente, 6.108,4 mil caixas no exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2016 para, aproximadamente, 6.487,4 mil caixas no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2017, devido principalmente ao crescimento das vendas em todas as regiões decorrente do desenvolvimento bem sucedido de relacionamento com distribuidores regionais, esforços de marketing nos pontos de venda e execução de campanhas promocionais de fortalecimento das marcas nas regiões onde atuamos. Adicionalmente ao aumento no volume das vendas de pescados, o preço médio de venda de pescados aumentou 6,8%, de R\$78,54 por caixa no exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2016 para R\$83,86 por caixa no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2017, devido principalmente à falta de fornecimento suficiente de peixe no mercado local que forçou os produtores de pescados enlatados a importar matéria prima, causando aumento de preço no mercado como um todo. Em que pese o aumento do preço médio de venda de pescados enlatados, não fomos capazes de repassar integralmente ao preço de nossos produtos o aumento do custo de aquisição da matéria prima devido a pressões competitivas no setor.
- *Segmento Alimentício Internacional.* A receita líquida de vendas e serviços no Segmento Alimentício Internacional reduziu 2,3%, ou R\$29,2 milhões, de R\$1.293,6 milhões no exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2016 para R\$1.264,4 milhões no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2017. Essa redução foi devida principalmente à desvalorização cambial da cesta de moedas composta por dólar norte-americano, peso chileno e novo sol peruano, cujas desvalorizações no período em relação ao real foram de 22,1%, 16,2% e 15,5%, respectivamente. Desconsiderando-se o efeito da desvalorização cambial, a receita líquida de vendas e serviços no Uruguai aumentou em 19,3%, parcialmente compensada pela diminuição da receita líquida de vendas e serviços no Peru de 5,6%. A receita líquida de vendas e serviços no Chile manteve-se estável.

**Relatório da Administração/Comentário do Desempenho*****Custo das Vendas e Serviços***

O custo das vendas e serviços aumentou 16,6%, ou R\$531,8 milhões, de R\$3.194,8 milhões no exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2016 para R\$3.726,6 milhões no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2017 em linha com o aumento da receita líquida de vendas e serviços. O aumento no custo das vendas e serviços foi devido principalmente ao aumento no custo de aquisição das matérias primas de arroz e açúcar. Como percentual da receita líquida de vendas e serviços, os custos das vendas e serviços reduziram de 75,5% no exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2016 para 75,3% no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2017, demonstrando uma manutenção estável da margem bruta resultado da nossa capacidade de repassar os aumentos verificados nas matérias primas aos preços finais de nossos produtos, principalmente o açúcar.

Lucro Bruto

O lucro bruto aumentou 18,1%, ou R\$187,0 milhões, de R\$1.034,1 milhões no exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2016 para R\$1.221,1 milhões no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2017. Como percentual da receita líquida de vendas e serviços, o lucro bruto aumentou de 24,5% no exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2016 para 24,7% no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2017, devido principalmente ao aumento no volume de vendas de arroz e feijão e dos preços médios de nossos produtos, especialmente o açúcar cujas margens foram superiores aos demais produtos e compensaram o aumento do custo de matérias primas.

Despesas com Vendas

As despesas com vendas aumentaram 14,5%, ou R\$64,3 milhões, de R\$444,4 milhões no exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2016 para R\$508,7 milhões no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2017. O aumento foi devido principalmente às operações no Segmento Alimentício Brasileiro, que tiveram aumento das despesas de (i) marketing no valor de R\$23,5 milhões para manter e aumentar a participação de mercado das nossas marcas, (ii) frete no valor de R\$19,0 milhões resultante do aumento de volume de vendas, e (iii) demais despesas gerais de vendas no valor de R\$8,6 milhões também relacionadas ao aumento de volume de vendas, tais como carga e descarga. Como percentual da receita líquida de vendas e serviços, as despesas com vendas representaram 10,5% no exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2016 e 10,3% no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2017.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas aumentaram 12,7%, ou R\$28,9 milhões, de R\$227,1 milhões no exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2016 para R\$256,0 milhões no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2017. O aumento das despesas foi devido principalmente a (i) aumento no valor de aluguéis de R\$7,5 milhões devido à cisão de imóveis com partes relacionadas, que passaram a cobrar aluguel da Companhia, (ii) aumento nos custos de pessoal no valor de R\$14,6 milhões devido a dissídio coletivo e indenizações trabalhistas, e (iii) aumento nas provisões para demandas judiciais no valor de R\$6,7 milhões devido à alteração da análise de risco de possível para provável. Como percentual da receita líquida de vendas e serviços, as despesas gerais e administrativas representaram 5,4% no exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2016 e 5,2% no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2017.

**Relatório da Administração/Comentário do Desempenho*****Resultado de Equivalência Patrimonial***

O resultado de equivalência patrimonial passou de uma despesa de R\$5,7 milhões no exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2016 para uma receita de R\$0,8 milhão no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2017. A variação foi devida, principalmente, ao resultado advindo do processo de beneficiamento de parboilização do arroz pela subsidiária uruguaia e à apreciação de 22,1% do dólar norte-americano, moeda funcional do Uruguai, em relação ao real durante o período.

Outras Receitas (Despesas) Operacionais

As outras receitas (despesas) operacionais passou de uma despesa de R\$19,8 milhões no exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2016 para uma receita de R\$3,2 milhões no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2017. No exercício social encerrado em 28 de fevereiro 2016 a Companhia apresentou despesas no valor de R\$17,9 milhões, principalmente relacionadas à venda de propriedade no Estado do Rio de Janeiro cujos equipamentos e instalações foram baixados do ativo da Companhia e mudanças nas estruturas administrativa e de vendas.

Lucro Antes das Receitas e Despesas Financeiras

O lucro antes das receitas e despesas financeiras aumentou 36,6%, ou R\$123,2 milhões, de R\$337,2 milhões no exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2016 para R\$460,4 milhões no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2017, e como percentual da receita líquida de venda e serviços aumentou de 8,0% no exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2016 para 9,3% no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2017. Esse aumento foi devido principalmente aos aumentos de preços terem compensado as pressões de custos, e ao controle de despesas.

Resultado Financeiro, Líquido

O resultado financeiro, líquido aumentou em 1,3%, ou R\$2,1 milhões, de R\$155,9 milhões no exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2016 para R\$158,0 milhões no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2017. O aumento foi devido, principalmente, (i) a redução de 5,4%, ou R\$9,7 milhões nas despesas com juros sobre empréstimos, de R\$181,1 milhões no exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2016 para R\$171,4 milhões no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2017, que, por sua vez, foi devida, principalmente, à redução da taxa de juros Selic ocorrida no Brasil de 14,15% no exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2016 para 12,15% no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2017, (ii) ao reconhecimento de despesas com instrumentos financeiros derivativos para o risco cambial de importações no valor de R\$19,3 milhões no exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2017, (iii) redução de R\$10,1 milhões na despesa com variação cambial no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2017 devido à apreciação do real frente ao dólar norte-americano de 22,1%, e (iv) redução nas receitas financeiras de 7,1%, ou R\$5,1 milhões, de R\$71,9 milhões no exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2016 para R\$66,8 milhões no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2017 devido ao aumento no valor da receita de aplicações financeiras de R\$7,4 milhões e à redução no valor de ajustes de correção monetária de R\$11,1 milhões, principalmente em recuperações de impostos.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultado antes dos Impostos

Em razão dos fatores acima, o resultado antes dos impostos aumentou 66,9%, ou R\$121,2 milhões, de R\$181,2 milhões no exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2016 para R\$302,4 milhões no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2017.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Corrente

O imposto de renda e a contribuição social correntes aumentaram 112,7%, ou R\$46,1 milhões, de R\$40,9 milhões no exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2016 para R\$87,0 milhões no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2017. Esse aumento foi devido, principalmente, ao aumento das adições à base tributável do resultado, e a tributação do lucro no exterior.

Diferido

O imposto de renda e contribuição social diferidos reduziram 52,9%, ou R\$15,6 milhões, de uma despesa de R\$29,5 milhões no exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2016 para uma despesa de R\$13,9 milhões no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2017. Essa redução foi devida, principalmente, à amortização de ágio nas aquisições realizadas nos períodos anteriores.

Lucro Líquido do Exercício

O lucro líquido do exercício aumentou 81,9%, ou R\$90,7 milhões, de R\$110,8 milhões no exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2016 para R\$201,5 milhões no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2017. Como percentual da receita líquida de vendas e serviços, o lucro líquido do exercício aumentou de 2,6% no exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2016 para 4,1% no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2017. O aumento do lucro líquido foi devido principalmente ao aumento no preço médio dos produtos, sobretudo o do açúcar, somado ao ganho de eficiência nas despesas operacionais.

5. Fluxo de Caixa

Fluxo de caixa das atividades operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais nos exercícios sociais encerrados em 28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016, foi de R\$289,6 milhões e R\$343,2 milhões, respectivamente, uma redução de R\$53,6 milhões. Essa redução foi devida, principalmente, às necessidades de capital de giro da Companhia relacionadas ao aumento de (i) R\$138,0 milhões do contas a receber de clientes e (ii) R\$33,5 milhões nos estoques

Fluxo de caixa das atividades de investimentos

No exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2017, as atividades de investimento consumiram caixa no montante total de R\$473,0 milhões, um aumento de R\$399,8 milhões quando comparado aos R\$73,2 milhões consumidos no exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2016. Esse aumento foi devido, principalmente, (i) ao maior volume de aplicações financeiras no valor de R\$595,6 milhões, devido a um melhor desempenho operacional e maiores captações, e (ii) ao menor volume de aquisições realizadas no período no valor de R\$109,7 milhões e (iii) aumento de capital no valor



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

de R\$73,7 milhões no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2017 devido à subscrição e integralização de ações pelos acionistas.

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

No exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2017, as atividades de financiamento consumiram caixa no montante total de R\$118,3 milhões, um aumento de R\$45,7 milhões quando comparado aos R\$72,6 milhões aplicados no exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2016. Esse aumento foi devido, principalmente, ao maior volume de captações para suprir as necessidades de capital de giro da Companhia relacionadas às contas a receber e aos estoques.

6. Conjuntura Econômica Geral

O mercado de varejo alimentício se mostrou resiliente mesmo durante o maior período de recessão observado no Brasil, em que se observou retração de 7,2% no Produto Interno Bruto nos últimos dois anos. Espera-se que com a retomada do crescimento econômico no país e as mudanças nos hábitos alimentares voltadas à alimentação nutritiva, o setor de varejo alimentício continue em trajetória de expansão.

7. Gestão de Pessoas

Os nossos colaboradores são protagonistas do nosso sucesso e temos um time talentoso, empreendedor, motivado e com experiências diversas e grande potencial que, juntos, fazem a diferença em nossos resultados. São mais de 5.500 colaboradores no Brasil e na América Latina engajados com nosso crescimento e atuando para satisfazer as necessidades dos nossos clientes (internos e externos), buscando eficácia e melhoria contínua.

Temos processos robustos de Gestão de Pessoas alinhados com nossos valores, nosso propósito e direcionadores estratégicos para alavancar continuamente o Desenvolvimento Humano e Organizacional:

- Processos estruturados de Identificação, Atração, Seleção e Contratação
- Gestão de metas desafiadoras, avaliação de desempenho e resultados atingidos atrelados a programas de reconhecimento individuais e de times
- Consistente administração de Remuneração e Benefícios garantindo competitividade de nossas práticas e reconhecimento de nossos colaboradores
- Desenvolvimento técnico, comportamental e de nossos líderes
- Cultura voltada para termos ambientes Seguros e Saudáveis
- Governança e conformidade nos processos operacionais da área. Reforçamos constantemente aspectos e elementos de nossa Cultura Organizacional para garantir o alinhamento e direcionamento de nossas ações



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

8. Política de Dividendos

Às ações do capital social é assegurada a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado, após deduções legais. A Companhia poderá, por deliberação do conselho de administração, levantar demonstrações financeiras intercalares mensal, trimestral ou semestralmente e distribuir dividendos com base nas demonstrações financeiras intercalares, observados os limites legais.

As distribuições de dividendos foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração, conforme a seguir:

- Em 01 de agosto de 2016 no montante de R\$73,7 milhões
- Em 27 de setembro de 2016 no montante de R\$25,0 milhões; e
- Em 19 de janeiro de 2017 no montante de R\$58,0 milhões.

Os montantes foram registrados à conta reserva de lucros de exercícios anteriores.

9. Relacionamento com os auditores independentes

Os procedimentos da Administração da Companhia para a contratação de serviços de auditores independentes visam assegurar que não haja conflito de interesses e perda de independência ou objetividade, e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor.

As demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016 foram auditadas e revisadas pela EY Auditores Independentes.

A EY Auditores, no âmbito de seus serviços de auditoria independente, informou à Companhia que:

- (i) Não identificou assuntos ou relacionamentos comerciais que pudessem afetar sua independência;
- (ii) em seu julgamento profissional, é independente em relação à Companhia e suas subsidiárias de acordo com as regras brasileiras;
- (iii) os integrantes de sua equipe de auditoria, sua firma de auditoria e outras firmas integrantes da rede global da EY, quando aplicável, cumpriram com os requerimentos éticos pertinentes relacionados à independência; e
- (iv) salvaguardas foram adotadas para eliminar ameaças com relação à sua independência profissional ou reduzi-las a um nível aceitável.

A Administração da Companhia avalia de forma criteriosa e aprova de forma prévia a contratação de eventuais serviços adicionais prestados pelos auditores independentes, sendo observada a eventual existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade dos auditores, em observação à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 381, de 14 de janeiro de 2013. A Administração da Companhia observará também os requerimentos de rodízio de auditores independentes determinados pela CVM após a obtenção de registro de companhia aberta.

O Total da remuneração aos auditores paga no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2017, correspondeu ao valor de R\$1.124.202,55, referente aos seguintes serviços:

- i. Serviço de Auditoria: R\$686.651,06
- ii. Serviços de emissão de carta conforto no âmbito da emissão de certificados de recebíveis do agronegócio: R\$160.000,00;
- iii. Serviços de Consultoria: R\$277.551,49, representando 25% dos honorários relativos aos de serviços de auditoria externa;

Os serviços de consultoria prestados pela Ernst & Young foram contratados e realizados durante o exercício social encerrado em 28 de Fevereiro de 2017 e tiveram por objeto (i) assessoria no cálculo dos preços de transferência relativos



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

a transações com partes relacionadas domiciliadas no Uruguai, (ii) auxílio na contabilização de seu Ativo Circulante, incluindo Estoques e Contas a Receber, e (iii) revisão de imposto de renda corrente e diferido

10. Estratégia e Perspectivas

A Companhia procura continuamente fortalecer seus pilares estratégicos de atuação: marcas, verticalização, distribuição, expansão de seu portfólio de produtos e eficiência operacional. Esses atributos são permanentemente trabalhados internamente no sentido de aumentar as vantagens competitivas da Companhia.

No que tange às aquisições, a Camil prossegue com seus trabalhos em busca de oportunidades para expansão da sua atuação nos mercados e geografias atuais e em mercados potenciais de atuação da Companhia, focando em aspectos relevantes, a distribuição e o potencial de obtenção de sinergias.

A Administração

Notas Explicativas

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Camil Alimentos S.A. ("Camil") é uma Sociedade Anônima de capital fechado, com sede na Cidade de São Paulo/SP, que junto com suas controladas e coligadas (coletivamente, "Companhia") tem como atividades preponderantes a industrialização e comercialização de arroz, feijão, pescados e açúcar.

As atividades da Companhia tiveram início no ano de 1963, sob a forma de uma cooperativa no setor de arroz, e desde então a Companhia vem se expandindo tanto organicamente quanto por meio de aquisições de empresas e/ou marcas de alimentos no Brasil e em alguns dos principais países da América do Sul.

A Companhia possui um amplo portfólio de marcas, incluindo "Camil", "Pescador", "Coqueiro", "União", "Barra", "Dolce", "Neve" e "Duçula" no Brasil, "Saman" no Uruguai, "Tucapel" no Chile; e "Costeño" e "Paisana" no Peru. Com essas marcas a Companhia possui uma posição destacada nos mercados alimentícios Brasileiro e da América Latina.

A Companhia possui quinze unidades industriais no Brasil, nove plantas no Uruguai, três no Chile e três no Peru.

Em 12 de julho de 2016, a WP Angra dos Reis Hodco S.A., gerida pela Warburg Pincus LLC, comprou a totalidade da participação minoritária do Fundo de Investimentos em Participações Camil, gerido pela Gávea Investimentos Ltda. Em 28 de fevereiro de 2017 sua participação minoritária é de 31,75% do capital social da Companhia.

2. Políticas contábeis

2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e nas normas Internacionais de relatório financeiro ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo e investimentos mensurados pelo método de equivalência patrimonial.

O exercício social da Camil e suas controladas finda em 28 de fevereiro de cada ano, a fim de alinhar a data de encerramento de seu exercício societário com o ciclo de colheita da safra de arroz, principal produto da Companhia.

Notas Explicativas

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

A sazonalidade da colheita afeta as compras da Companhia, mas não resultam em variações relevantes de resultado. Não houve mudanças nas políticas contábeis da Companhia. Todas os pronunciamentos em vigor na data de elaboração das demonstrações financeiras foram aplicadas pela Companhia.

Reapresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras correspondentes ao exercício findo em 28 de fevereiro de 2017 estão sendo reapresentadas para inclusão de determinadas premissas e divulgações referentes ao teste de redução ao valor recuperável do ágio e demais ativos intangíveis com vida útil indefinida, tais como: taxa média de crescimento de vendas, percentuais médios de crescimento de margem líquida e inclusão do montante de ativos tangíveis e intangíveis alocados nas unidades geradoras de caixa correspondente – Vide Nota 11 – Intangível.

A Administração da Companhia aprovou e autorizou a publicação destas demonstrações financeiras em 18 de setembro de 2017. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas na gestão da Companhia.

2.2. Demonstrações financeiras consolidadas

Em 28 de fevereiro de 2017, a Companhia mantinha participação nas seguintes empresas controladas e coligadas:

		28/02/2017		29/02/2016	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Uruguai					
CAMILATAM S.A. (a)	Controlada	100,00%	-	-	-
S.A. Molinos Arroceros Nacionales (SAMAN)	Controlada	-	100,00%	-	100,00%
Camil Uruguay Sociedad de Inversión S.A.	Controlada	-	100,00%	-	100,00%
Arrozur S.A.	Coligada	-	49,19%	-	49,19%
Tacua S.A.	Coligada	-	40,72%	-	40,72%
Agencia Marítima Sur	Coligada	-	40,72%	-	40,72%
Comisaco S.A.	Coligada	-	50,00%	-	50,00%
Galofer S.A.	Coligada	-	45,00%	-	45,00%
Chile					
Camil Chile SpA.	Controlada	-	100,00%	-	100,00%
Empresas Tucapel S.A.	Controlada	-	99,86%	-	99,86%
Servicios Externos S.A.	Controlada	-	100,00%	-	100,00%
Peru					
Camil Alimentos Perú S.A.C. (b)	Controlada	-	-	-	100,00%
Costeño Alimentos S.A.C. (b)	Controlada	-	100,00%	-	100,00%
Envasadora Arequipa S.A.C	Controlada	-	100,00%	-	100,00%
Argentina					
Camil Internacional Argentina S.A. (a)	Controlada	-	-	100,00%	-
La Loma Alimentos S.A.	Controlada	-	100,00%	-	100,00%
Brasil					
Ciclo Logística Ltda.	Controlada	100,00%	-	100,00%	-
Carreteiro Indústria e Comércio de Alimentos S.A. (c)	Controlada	-	-	100,00%	-

Notas Explicativas

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2. Demonstrações financeiras consolidadas--Continuação

- (a) No dia 27 de maio 2016, a Camil Internacional Argentina S.A. teve sua razão social alterada para CAMILATAM S.A. e em 1º de julho de 2016 teve seu domicílio alterado para o Uruguai.
- (b) No dia 30 de novembro de 2016 a Camil Alimentos Perú S.A.C. foi incorporada pela Costeño Alimentos S.A.C.
- (c) No dia 1º de outubro de 2016 a Carreteiro Indústria e Comércio de Alimentos S.A. foi incorporada pela Camil Alimentos S.A.

O exercício das demonstrações financeiras das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Os principais procedimentos de consolidação são:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas; e
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas.

O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);
- Exposição ou direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida;
- A capacidade de usar seu poder em relação à investida para afetar os resultados.

2.3. Informação por segmento

A partir do exercício findo em fevereiro de 2014 a Companhia passou a se organizar no segmento de negócios por área geográfica, ficando consistente com os princípios e conceitos utilizados pelos principais tomadores de decisão da Companhia na avaliação de desempenho. As informações são analisadas por segmento como segue:

Notas Explicativas

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.3. Informação por segmento--Continuação

Alimentício Brasil: Compreende as operações realizadas pelas unidades estabelecidas no Brasil.

Alimentício internacional: Compreende as operações realizadas pelas unidades estabelecidas no Uruguai, Chile, Peru e Argentina.

2.4. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

2.4.1. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional da Companhia é o Real (BRL), mesma moeda de preparação e apresentação. As demonstrações financeiras de cada controlada incluída na consolidação e utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas com base na moeda funcional de cada entidade. Ativos e passivos das controladas localizadas no exterior são convertidos para Reais (BRL) pela taxa de câmbio das datas de fechamento dos balanços e os resultados, incluindo as variações de fluxos de caixa, são apurados pelas taxas médias mensais dos exercícios. Os ganhos ou perdas de conversão são registrados ao patrimônio líquido.

2.4.2. Transações denominadas em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (Real - BRL) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

Na tabela abaixo divulgamos As taxas de câmbio em Reais em vigor na data-base dessas demonstrações financeiras:

Taxa final	28/02/2017	29/02/2016
Dolar EUA (USD)	3,0993	3,9796
Peso Argentino (ARS)	0,2009	0,2558
Peso Chile (CLP)	0,0048	0,0057
Novo Sol/Peru (PEN)	0,9539	1,129

Notas Explicativas

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.5. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado, e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.6. Impostos

Imposto de renda e contribuição social correntes

São demonstrados no circulante. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Notas Explicativas

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.6. Impostos--Continuação

Imposto de renda e contribuição social correntes--Continuação

No Brasil, a tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

No Uruguai a alíquota é de 25%, no Chile de 24%, na Argentina 35% e no Perú 29,5%, sendo que no Brasil esses resultados são tributados de acordo com a MP 2.159-35/2001 e mais recentemente da Lei nº 12.973/14, levando-se em consideração os tratados internacionais assinados pelo Brasil para evitar a dupla tributação.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e sobre as diferenças temporárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.

Notas Explicativas

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.6. Impostos--Continuação

Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

O valor contábil dos impostos diferidos é revisado em cada data de balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se toma provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos no ativo e passivo não circulante e são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

Notas Explicativas

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.6. Impostos--Continuação

Impostos sobre vendas--Continuação

As receitas de vendas no Brasil estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	<u>Alíquotas</u>
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	0,00% a 20,00%
COFINS - Contribuição para Seguridade Social	0,00% a 7,60%
PIS - Programa de Integração Social	0,00% a 1,65%
IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados	0,00% a 5%
ISSQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	2% a 5%
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social*	1,5%

(*) Refere-se ao percentual devido na Ciclo Logística, com o advento da Lei de desoneração da folha de pagamento até Jun/17.

Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. Na demonstração de resultados as receitas são apresentadas líquidas destes impostos.

No Uruguai as vendas estão sujeitas a imposto sobre valor agregado (IVA) de 10% a 22%. No Chile a alíquota de IVA é de 19% sobre as vendas. No Perú a alíquota de IVA é de 18%. Na Argentina a alíquota de IVA de 21%.

2.7. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial, mensuração subsequente e baixa

Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros da Companhia são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, adiantamento a fornecedores e produtores, contas a receber de clientes e partes relacionadas. Esses ativos foram classificados nas categorias de ativos financeiros a valor justo por meio de resultado e recebíveis.

Notas Explicativas

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.7. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial, mensuração subsequente e baixa--Continuação

Reconhecimento inicial e mensuração--Continuação

Um ativo financeiro é reconhecido no balanço quando for provável que benefícios econômicos futuros dele provenientes fluirão para a Companhia e seu custo ou valor puder ser determinado em bases confiáveis.

Os principais passivos financeiros são: fornecedores, partes relacionadas, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e debêntures.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis.

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Notas Explicativas

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.8. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, principalmente, hedge financeiro para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio.

Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado.

A Companhia não opera com hedge accounting.

2.9. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas de contratação e com risco insignificante de mudança no rendimento pactuado, e prontamente conversíveis em caixa. São contabilizadas pelo seu valor de face, que é equivalente ao seu valor justo. Não houve mudança na política de determinação dos componentes de caixa e equivalentes de caixa nos exercícios divulgados.

2.10. Contas a receber de clientes

Estão apresentadas pelos valores de realização, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigente na data das demonstrações financeiras.

A Companhia analisa individualmente todos os saldos existentes de clientes na data do balanço patrimonial e quando há evidência objetiva de que não será capaz de recuperar parcialmente ou na totalidade os valores devidos de acordo com os prazos originais do contas a receber, uma provisão de créditos de liquidação duvidosa é constituída.

2.11. Provisão para descontos contratados

A Companhia e suas controladas possuem programas de incentivos e descontos sobre vendas. Estes programas incluem descontos a clientes por performance de vendas baseadas em volume e por ações de marketing executadas nos pontos de vendas. É constituída provisão em montante estimado desses descontos nas datas dos balanços e que são contabilizados como deduções de vendas.

Notas Explicativas

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.12. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, não excedendo o seu valor de mercado. As provisões para estoques de baixa rotatividade são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. A Companhia custeia seus estoques por absorção pela média móvel ponderada.

No Uruguai, os termos e condições de comercialização de parcela significativa da produção agrícola do arroz celebrados entre os produtores rurais e as indústrias são estabelecidos mediante acordo formal entre as Indústrias ("Gremial de Molinos") e a Associação de Cultivadores de Arroz daquele país ("Asociación de Cultivadores de Arroz").

O mecanismo de cálculo do preço da saca de arroz casca é estabelecido em acordo formal tendo como base o preço de venda obtido pelas indústrias na comercialização do arroz a cada safra, deduzido de custos e despesas previamente acordados com a Associação de Cultivadores de Arroz e uma margem mínima assegurada às indústrias. Este preço é definido pela Associação de produtores e as indústrias quando aproximadamente 90% da safra agrícola uruguaia se encontrar efetivamente negociada e vendida pelas indústrias, o que ocorre usualmente no primeiro trimestre do ano subsequente à colheita da safra do ano corrente.

Para permitir a concessão de adiantamentos por parte das indústrias e liquidações parciais das compras de arroz, a associação de produtores e as indústrias estabelecem ao final de cada safra, usualmente em junho de cada ano, um preço provisório para fins de referência ao mercado. Os pagamentos parciais efetuados são complementados pelas indústrias ou devolvidos pelos produtores quando da definição do preço definitivo.

2.13. Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial, para fins de demonstrações financeiras da controladora. Outros investimentos que não se enquadrem na categoria acima são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

Notas Explicativas

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.13. Investimentos--Continuação

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em cada uma de suas controladas. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.

As demonstrações financeiras das coligadas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que as da Camil. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as da Companhia.

2.14. Imobilizado

Os itens de imobilizado são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso, e de créditos de PIS/COFINS e ICMS e a contrapartida está registrada como impostos a compensar. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil estimada do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

	Taxas ponderadas anuais de depreciação	
	Controladora	Consolidado
Prédios	4%	3%
Máquinas e equipamentos	11%	9%
Máquinas e equipamentos leasing	7%	7%
Móveis e utensílios	10%	10%
Veículos	19%	20%
Instalações	8%	8%
Benfeitorias	4%	4%
Computadores e periféricos	20%	20%

Notas Explicativas

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.14. Imobilizado--Continuação

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Não houve alteração nas taxas praticadas no exercício findo em 28 de fevereiro de 2017 em relação às taxas praticadas no exercício anterior.

2.15. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Para aqueles intangíveis com vida útil definida a Companhia utiliza as seguintes taxas anuais de amortização:

	Taxas anuais de amortização	
	Controladora	Consolidado
Software	20%	20%
Relacionamento com clientes - aquisição Coqueiro	20%	20%
Relacionamento com clientes - aquisição Docelar	17%	17%
Contrato de não competição - aquisição Docelar	20%	20%

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica estimada e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Notas Explicativas

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.15. Ativos intangíveis--Continuação

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Ágio

O ágio é inicialmente mensurado ao custo, sendo o excedente entre a contraprestação transferida e o montante reconhecido de participação dos acionistas não controladores sobre os ativos adquiridos e os passivos assumidos. Caso esse pagamento seja menor que o valor justo dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida no resultado como ganho por compra vantajosa.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado ao custo, deduzidas eventuais perdas por não recuperação. Para fins de teste de perda do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, desde a data da aquisição, alocado a cada uma das UGCs da Companhia que devem beneficiar-se da combinação de negócio realizada, independentemente se outros ativos ou passivos da adquirida forem atribuídos a essas UGCs.

2.16. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Notas Explicativas

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.16. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros--Continuação

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital da unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Nas datas dos balanços não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos.

2.17. Provisões

Geral

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Provisões são classificadas como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstradas como não circulantes.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer ativo de reembolso.

Provisões para demandas judiciais

Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o litígio/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Notas Explicativas

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.18. Debêntures

Inicialmente registrados pelo seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua emissão. Posteriormente, são mensuradas pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os juros e atualização monetária, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

2.19. Arrendamentos mercantis

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem a Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação.

Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantis financeiros de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

2.20. Benefícios a empregados

Benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição a remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros.

Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

Notas Explicativas

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.21. Demonstrações dos fluxos de caixa e demonstração de valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (correlação às normas internacionais IAS 7). A demonstração de valor adicionado foi elaborada de acordo com o CPC 09 e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS.

2.22. Novas normas, alterações e interpretações de normas

Foram aprovadas e emitidas as seguintes novas normas pelo IASB, das quais ainda não estão em vigência e não foram adotadas de forma antecipada pela Companhia, visto que o CPC ainda não fez a emissão dos pronunciamentos locais equivalentes. Dessa forma, a sua adoção antecipada não está permitida no Brasil, sendo por hora avaliado pela Administração os futuros impactos de sua adoção.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (Vigência a partir de 01/01/2018)	Tem como objetivo, em última instância, de substituir a IAS 39. As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros em: custo amortizado e valor justo; e (iii) o conceito de derivativos embutidos foi extinto.
IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes (Vigência a partir de 01/01/2018)	Tem como objetivo prover um novo modelo para o reconhecimento de receitas e requerimentos mais detalhados para contratos com múltiplas obrigações. Tem substituição as normas IAS 11 e IAS 18 assim como sua interpretação.
IFRS 16 - Arrendamento Mercantil (Vigência a partir de 01/01/2019)	Tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo dos arrendatários reconhecer como ativo ou passivo todos os contratos de arrendamento, a menos que o contrato possua um prazo de doze meses ou um valor imaterial. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019.

A Companhia está avaliando os impactos da aplicação da IFRS 9, IFRS 15 e IFRS 16 a partir da sua data efetiva. Na opinião da Administração, a expectativa é que a aplicação dessas normas e alterações pendentes de serem aplicadas, exceto pelo IFRS 16, não deverá trazer um efeito significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Até a data de divulgação dessas demonstrações financeiras, a Administração da Companhia não finalizou a mensuração dos efeitos desses novos pronunciamentos, estando assim impossibilitada de divulgar tais eventos.

Notas Explicativas

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.23. Pronunciamentos novos e/ou revisados aplicados pela primeira vez no exercício corrente

A Camil aplicou, pela primeira vez, determinadas normas e alterações, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de março de 2016 ou após essa data. A Camil decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão em vigor. Estas novas ou revisadas normas incluíram:

- Alterações à IFRS 11 Acordos conjuntos: contabilização de aquisições de partes societárias
- Alterações à IAS 16 e à IAS 38: Esclarecimento sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização
- Alterações à IAS 27: Método de equivalência patrimonial em demonstrações financeiras separadas
- Melhorias anuais Ciclo 2012-2014
- IFRS 7 Instrumentos financeiros: Evidenciação
- Alterações à IAS 1 Iniciativa de divulgação

A adoção das normas listadas acima não geraram impacto significativo nas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo relacionado em exercícios futuros.

Notas Explicativas

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são apresentadas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.

Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

No caso de ágio (*goodwill*), o valor recuperável é estimado todo ano na mesma época. Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado à UGC para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins internos.

Definição e revisão de vida útil de imobilizados e intangíveis

A vida útil de imobilizados e intangíveis são estabelecidas utilizando como base premissas que levam em consideração históricos de bens e intangíveis já depreciados ou amortizados e projeções futuras que se baseiam em estimativas que podem vir a não se realizar de acordo com o previsto, podendo divergir significativamente em relação ao montante inicialmente estimado.

Notas Explicativas

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

Provisões para demandas judiciais

A Companhia e suas controladas reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia e suas controladas constituem provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como

experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia, de suas filiais e de suas controladas.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Notas Explicativas**Camil Alimentos S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
 28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016
 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2017	29/02/2016	28/02/2017	29/02/2016
Disponibilidades	1.733	2.055	25.454	70.625
Aplicações financeiras	93.272	350.464	114.244	370.752
	95.005	352.519	139.698	441.377

As disponibilidades são representadas substancialmente por depósitos bancários sem a incidência de juros. As aplicações financeiras classificadas como valores equivalentes estão representadas por investimentos em renda fixa com rendimento médio de 64,38% (100,39% em 29 fevereiro de 2016) do CDI sendo resgatáveis em até 90 dias das datas de contratação, sem alteração significativa do rendimento pactuado.

5. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão representadas por investimentos em renda fixa lastreadas ao rendimento médio de 99,47% do CDI (100,86% em 29 de fevereiro de 2016), e são registradas ao valor justo por meio do resultado, as quais possuem cláusulas de carência de liquidez.

6. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2017	29/02/2016	28/02/2017	29/02/2016
Títulos a vencer	500.767	409.362	665.766	592.767
Títulos vencidos até 30 dias	9.539	2.240	36.956	31.224
Títulos vencidos de 31 até 60 dias	857	1.058	3.071	6.231
Títulos vencidos de 61 até 90 dias	435	1.124	1.155	2.393
Títulos vencidos há mais de 91 dias	7.425	7.257	12.286	12.553
	519.023	421.041	719.234	645.168
Descontos contratados (a)	(29.497)	(21.974)	(29.497)	(21.974)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(10.290)	(5.968)	(13.057)	(8.156)
	479.236	393.099	676.680	615.038

A movimentação da provisão para descontos contratados é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2017	29/02/2016	28/02/2017	29/02/2016
Descontos contratados (a)				
Saldo no início do exercício	(21.974)	(9.109)	(21.974)	(9.109)
Adições	(174.130)	(127.131)	(174.130)	(127.131)
Baixas	166.607	114.266	166.607	114.266
Saldo no final do exercício	(29.497)	(21.974)	(29.497)	(21.974)

(a) Os descontos concedidos são reconhecidos mediante acordo contratuais com clientes específicos.

Notas Explicativas

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

6. Contas a receber de clientes--Continuação

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2017	29/02/2016	28/02/2017	29/02/2016
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				
Saldo no início do exercício	(5.968)	(4.889)	(8.156)	(6.605)
Adições	(6.366)	(2.926)	(6.945)	(3.398)
Baixas	2.044	1.847	2.044	1.847
Saldo no final do exercício	(10.290)	(5.968)	(13.057)	(8.156)

7. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2017	29/02/2016	28/02/2017	29/02/2016
Produto acabado	195.181	112.969	283.886	250.681
Matéria-prima	141.452	63.187	252.688	208.486
Material de embalagem	55.048	49.465	62.194	59.949
Adiantamento a fornecedores (a)	182.437	121.930	330.142	299.736
Outros	13.731	10.019	34.718	55.779
	587.849	357.570	963.628	874.631
Parcela circulante	579.245	340.579	953.862	857.640
Parcela não circulante (a)	8.604	16.991	9.766	16.991

Os estoques estão segurados contra incêndio e riscos diversos. Sua cobertura é determinada em função dos valores de riscos envolvidos. Detalhes das coberturas estão descritas na Nota Explicativa 21.

- (a) O saldo de adiantamentos a fornecedores e produtores referem-se a adiantamentos efetuados à cooperativas, companhias produtoras de arroz e produtores independentes para assegurar a compra de arroz, dos quais R\$8.604 (R\$16.991 em 29 de fevereiro de 2016) estão classificados no não circulante, conforme expectativa de realização.

8. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2017	29/02/2016	28/02/2017	29/02/2016
ICMS e IVA a recuperar	10.088	7.279	10.088	14.824
PIS e COFINS a recuperar	44.109	74.882	44.109	74.882
Imposto de renda retido na fonte	8.272	17.908	13.741	22.265
IPI a recuperar	3.359	6.820	3.359	6.820
Outros	3.636	2.431	6.314	2.432
	69.464	109.320	77.611	121.223
Parcela classificada no circulante	67.597	105.802	75.744	117.705
Parcela não circulante	1.867	3.518	1.867	3.518

Notas Explicativas**Camil Alimentos S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

8. Impostos a recuperar--Continuação

O ICMS e IVA a recuperar está representado por montantes que referem-se a créditos gerados nas operações normais da Companhia e suas controladas, podendo ser compensados com futuros débitos de mesma natureza.

Na controladora, o PIS e a COFINS a recuperar referem-se a créditos gerados nas operações usuais da Companhia, a créditos introduzidos pela Lei nº 10.925/04 (a mesma Lei regulamenta a utilização destes créditos). A redução do saldo verificada nessa rubrica refere-se a compensação de impostos federais, principalmente IRPJ e CSLL.

O imposto de renda retido na fonte (IRRF) se refere, substancialmente, a resgate de aplicações financeiras.

9. Investimentos

Os investimentos estão assim compostos:

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2017	29/02/2016	28/02/2017e	29/02/2016
Investimento em controladas	580.056	787.322	-	-
Investimento em coligadas	-	-	27.258	20.936
Ágio na aquisição de investimento	185.275	185.275	-	-
	765.331	972.597	27.258	20.936

A movimentação dos investimentos pode ser assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2017	29/02/2016	28/02/2017	29/02/2016
Saldo no início do exercício	972.597	760.070	20.936	20.271
Equivalência patrimonial	66.515	36.569	741	(5.657)
Incorporação Carreteiro	(45.772)	-	-	-
Distribuição de dividendos	(63.541)	-	-	-
Variação cambial em investimentos	(164.468)	175.958	5.581	6.322
Saldo no final do exercício	765.331	972.597	27.258	20.936

Notas Explicativas**Camil Alimentos S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

9. Investimentos--Continuação

As participações em empresas controladas podem ser assim demonstradas:

Controladas diretas

	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Participação no capital %	Equivalência patrimonial	Investimentos	
						28/02/2017	29/02/2016
CAMILATAM S.A.	341.165	577.057	67.651	100,0%	67.651	577.057	737.316
Ciclo Logística Ltda.	1.000	2.999	(1.161,00)	100,0%	(1.161,00)	2.999	4.160
Carreteiro Ind e Com de Alimentos S.A.			25	100,0%	25	-	45.846
					66.515	580.056	787.322

Em 5 de janeiro de 2011, foi constituída a Camil Internacional S/A, com sede na Argentina, que a partir do mês de maio de 2011 passou a controlar as subsidiárias Camil Chile SpA e Camil Alimentos Peru S.A.C., e em 31 de outubro de 2011 passou a controlar a subsidiária S.A. Molinos Arroceros Nacionales (SAMAN). Estas empresas eram até então controladas diretas da Companhia. No dia 3 de junho de 2013, a Camil Internacional, adquiriu 100% das quotas da La Loma Alimentos S.A.

Em 28 de fevereiro de 2011, foi constituída a Ciclo Logística Ltda cujo principal objetivo é a distribuição dos produtos da Camil Alimentos S/A.

No dia 19 de setembro de 2014, a Camil Peru adquiriu 100% das ações da Romero Trading S.A. No dia 29 de fevereiro de 2015, a Costeño Alimentos S.A.C. incorporou a Romero Trading S.A.

No dia 24 de junho de 2015, ocorreu a transferência das ações da La Loma Alimentos S.A. da Camil Internacional Argentina S.A. para a Camil Uruguay Sociedad de Inversión S.A.

No dia 1º de outubro de 2016, a Carreteiro Indústria e Comércio de Alimentos S.A. foi incorporada pela Camil Alimentos S.A.

No exercício findo em 28 de fevereiro de 2017, foi gerado um valor negativo de R\$164.468 (positivo R\$175.958 em 29 de fevereiro de 2016) relativos aos efeitos da variação cambial derivados da conversão para reais das demonstrações financeiras das controladas sediadas no exterior, originalmente elaboradas em dólares norte-americanos (USD), pesos chilenos (CLP), pesos argentinos (ARS) e novo sol (PEN), respectivamente. Estes efeitos são registrados como outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido.

Notas Explicativas**Camil Alimentos S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
 28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016
 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

9. Investimentos--ContinuaçãoSociedades coligadas

Sua controlada S.A. Molinos Arroceros Nacionales (SAMAN) mantém investimentos nas seguintes companhias coligadas e não controladas:

	28/02/2017				Investimento		
	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado exercício	Participação no capital %	Equivalência patrimonial	28/02/2017	29/02/2016
SAMAN:							
Arrozur S.A.	27.372	32.300	3.381	49,19%	1.663	15.889	20.420
Tacua S.A.	1.150	3.030	(577)	40,72%	(235)	1.234	1.947
Agencia Marítima Sur S.A.	-	1.100	262	40,72%	107	448	410
Galofer S.A.	20.222	21.527	(1.765)	45,00%	(794)	9.687	(1.841,00)
Total					741	27.258	20.936

10. ImobilizadoControladora

Custo	Terrenos	Prédios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Adiantamento a fornecedores	Obras em andamento	Outros	Total
Saldo em 29/02/2016	70.244	250.870	510.288	2.035	59.903	21.568	914.908
Aquisições	1.825	56	673	7.546	22.984	3.417	36.501
Baixas	-	(308)	(2.974)	-	(659)	(1.010)	(4.951)
Cisão	(9.805)	(22.061)	-	-	(654)	-	(32.520)
Incorporação da Carreteiro	-	-	12.942	-	-	651	13.593
Transferências	5.090	11.320	42.398	(8.268)	(52.243)	112	(1.591)
Saldo em 28/02/2017	67.354	239.877	563.327	1.313	29.331	24.738	925.940

Depreciação	Terrenos	Prédios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Adiantamento a fornecedores	Obras em andamento	Outros	Total
Saldo em 29/02/2016	-	(84.751)	(298.095)	-	-	(15.793)	(398.639)
Depreciação	-	(7.894)	(35.966)	-	-	(1.535)	(45.395)
Baixas	-	60	1.703	-	-	558	2.321
Cisão	-	12.848	-	-	-	-	12.848
Incorporação da Carreteiro	-	-	(2.706)	-	-	(274)	(2.980)
Transferências	-	14	(264)	-	-	250	-
Saldo em 28/02/2017	-	(79.723)	(335.328)	-	-	(16.794)	(431.845)

Saldo em 29/02/2016	70.244	166.119	212.193	2.035	59.903	5.775	516.269
Saldo em 28/02/2017	67.354	160.154	227.999	1.313	29.331	7.944	494.095

Notas Explicativas**Camil Alimentos S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
 28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016
 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imobilizado--ContinuaçãoConsolidado

Custo	Terrenos	Prédios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Adiantamento a fornecedores	Obras em andamento	Outros	Total
Saldo em 29/02/2016	121.616	422.611	962.395	2.894	91.569	70.851	1.671.936
Variação cambial	(8.475)	(34.634)	(93.265)	(134)	(5.588)	(6.715)	(148.811)
Aquisições	1.825	1.281	2.465	7.771	49.561	8.086	70.989
Baixas	-	(782)	(3.141)	-	(691)	(1.919)	(6.533)
Cisão	(9.805)	(22.061)	-	-	(654)	-	(32.520)
Transferências	8.066	19.767	64.445	(9.224)	(81.787)	(2.858)	(1.591)
Saldo em 28/02/2017	113.227	386.182	932.899	1.307	52.410	67.445	1.553.470

Depreciação	Terrenos	Prédios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Adiantamento a fornecedores	Obras em andamento	Outros	Total
Saldo em 29/02/2016	-	(147.587)	(589.315)	-	-	(37.415)	(774.317)
Variação cambial	-	13.094	63.681	-	-	3.879	80.654
Depreciação	-	(12.690)	(61.828)	-	-	(3.716)	(78.234)
Baixas	-	430	1.760	-	-	1.135	3.325
Cisão	-	12.848	-	-	-	-	12.848
Transferências	-	14	(267)	-	-	253	-
Saldo em 28/02/2017	-	(133.891)	(585.969)	-	-	(35.864)	(755.724)

Saldo em 29/02/2016	121.616	275.024	373.080	2.894	91.569	33.436	897.619
Saldo em 28/02/2017	113.227	252.291	346.930	1.307	52.410	31.581	797.746

As obras em andamento referem-se, substancialmente, a ampliação da capacidade de armazenagem.

Foram oferecidos bens do ativo imobilizado, registrados à rubrica "Máquinas e equipamentos", em garantia de operações de financiamento (vide Nota Explicativa 12a). O saldo devedor da controladora destes contratos de financiamento, em 28 de fevereiro de 2017 totaliza R\$69.777 (R\$154.481 no consolidado). As operações da controladora foram realizadas com o Banco do Brasil S.A.e Banco Itaú S.A.

As operações das controladas foram realizadas com os bancos Banco FIDIS S.A., Banco Mercedes Benz, Caixa Economica Federal BROU - Banco de La Republica Oriental de Uruguay, Banco Itaú, Banco HSBC, DEG Bank - Banco de fomento do governo alemão, Banco Santander e com o banco Safra.

Notas Explicativas**Camil Alimentos S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imobilizado--Continuação

O cronograma de vencimentos dos contratos listados anteriormente destes contratos é assim demonstrado:

	Controladora	Consolidado
	28/02/2017	28/02/2017
fev/18	13.625	35.311
fev/19	12.222	31.608
fev/20	11.588	28.669
fev/21	9.661	24.572
fev/22	9.131	20.771
após fev/23	13.550	13.550
	69.777	154.481

11. Intangível (reapresentado)Controladora

	Software	Ágio	Marcas e patentes	Relacionamento com clientes	Contrato não competição	Total
Saldo em 29/02/2016	3.662	-	198.604	14.707	1.096	218.069
Aquisições	862	-	300	-	-	1.162
Amortização	(1.249)	-	-	(6.801)	(220)	(8.270)
Transferência	1.591	-	-	-	-	1.591
Incorporação da						
Carreteiro	3	-	16.646	-	-	16.649
Saldo em 28/02/2017	4.869	-	215.550	7.906	876	229.201

Consolidado

	Software	Ágio	Marcas e patentes	Relacionamento com clientes	Contrato não competição	Total
Saldo em 29/02/2016	5.171	283.102	289.675	14.707	1.096	593.751
Aquisições	2.210	-	299	-	-	2.509
Variação cambial	(248)	(16.644)	(9.705)	-	-	(26.597)
Transferência	1.988	3.252	(3.649)	-	-	1.591
Amortização	(1.342)	-	-	(6.802)	(221)	(8.365)
Saldo em 28/02/2017	7.779	269.710	276.620	7.905	875	562.889

Valor contábil do ágio e licenças alocadas a cada uma das unidades geradoras de caixa:

Notas Explicativas**Camil Alimentos S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

11. Intangível (reapresentado) --ContinuaçãoControladora

	UGC de pescados		UGC de grãos		UGC de açúcares		Total	
	28/02/2017	29/02/2016	28/02/2017	29/02/2016	28/02/2017	29/02/2016	28/02/2017	29/02/2016
Valor contábil de marcas e patentes	50.884	50.884	30.115	13.169	134.551	134.551	215.550	198.604
Imobilizado	218.503	235.622	258.679	253.296	16.913	27.351	494.095	516.269
Outros intangíveis	865	2.650	2.355	1.771	10.431	15.044	13.651	19.465
	270.252	289.156	291.149	268.236	161.895	176.946	723.296	734.338

Consolidado

	UGC de pescados		UGC de grãos		UGC de açúcares		Total	
	28/02/2017	29/02/2016	28/02/2017	29/02/2016	28/02/2017	29/02/2016	28/02/2017	29/02/2016
Valor contábil de marcas e patentes	50.884	50.884	91.185	104.240	134.551	134.551	276.620	289.675
Valor contábil do ágio	17.670	17.670	107.898	121.290	144.142	144.142	269.710	283.102
Imobilizado	218.503	235.622	562.330	634.647	16.913	27.350	797.746	897.619
Outros intangíveis	1.380	2.918	3.763	2.501	11.416	15.555	16.559	20.974
	288.437	307.094	765.176	862.678	307.022	321.598	1.360.635	1.491.370

Os ativos intangíveis foram submetidos a testes de valor recuperável (impairment) e nos exercícios findos em 28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016, e não foram identificados ativos que se encontrem registrados por valor superior a seu valor recuperável.

As projeções estão de acordo com o Plano de Negócios elaborado pela Administração da Companhia para os próximos cinco anos e os fluxos de caixa que excedem o período de cinco anos são aumentados de acordo com o crescimento previsto para cada uma das unidades geradoras de caixa ("UGC") para considerar aspectos de perpetuidade. Espera-se que o crescimento projetado das vendas, custos e indicadores econômicos estejam em linha com a curva observada em anos anteriores e em linha com o crescimento econômico dos países nos quais a Companhia possui operações.

Unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos.

O processo de determinação do valor em uso envolveu a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxa de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros, perpetuidade e taxa de desconto. Tal entendimento está em acordo com o parágrafo 35 do CPC 01 (R1) - Redução do Valor Recuperável dos Ativos. Todas as premissas utilizadas estão descritas abaixo:

Notas Explicativas**Camil Alimentos S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

11. Intangível (reapresentado)--ContinuaçãoConsolidado--Continuação

- O primeiro ano do modelo é baseado na melhor estimativa do fluxo de caixa para o ano em curso; Os demais anos são preparados por país e são baseados em fontes externas em relação aos pressupostos macro-econômicos, evolução da indústria, inflação e taxas de câmbio, experiência passada e iniciativas em termos de *market share*, receita, custos e capital de giro.
- As projeções são feitas na moeda funcional da unidade de negócios e descontados pelo custo médio ponderado da unidade de capital ("WACC"), considerando-se as sensibilidades nesta métrica. A taxa de desconto antes de impostos aplicada a projeções de fluxo de caixa é de 15,53% a.a.
- A taxa de crescimento utilizada para extrapolar o fluxo de caixa de todas as UGC's para um período acima de cinco anos é de 5% (5% em 2016), a qual reflete a perspectiva de crescimento de preços da Companhia em relação a inflação futura anual (meta BACEN). As taxas de crescimento média das receitas de vendas projetadas para o período de cinco anos das UGC's, foram: grãos 9,1%; pescados 10,9%, e açúcar 10,1%. Os percentuais médios de crescimento da margem líquida no período de cinco anos, quando comparados com o projetado para fevereiro de 2017, são: grãos 5,5 p.p.; pescados 5,1 p.p., e açúcar 7,6 pp., em consequência principalmente das projeções do aumento de vendas, melhoria do resultado financeiro e ganhos de produtividade operacionais e administrativos.

12. Empréstimos, financiamentos e debênturesa) Empréstimos e financiamentos

	Indexador	Taxa anual ponderada	Controladora		Consolidado	
			28/02/2017	29/02/2016	28/02/2017	29/02/2016
Capital de giro						
Moeda nacional	-	13,94% a.a.	485.920	473.289	485.920	473.289
Moeda nacional	-	10,66% a.a.	-	-	-	11
Moeda estrangeira	USD	3,19% a.a.	14.847	-	14.847	135.378
Moeda estrangeira	USD	2,89% a.a.	-	-	60.936	-
Moeda estrangeira	USD	3,91% a.a.	-	-	10.700	-
Moeda estrangeira	CLP	5,80% a.a.	-	-	40.076	36.815
Moeda estrangeira	PEN	7,73% a.a.	-	-	129.876	176.206
Moeda estrangeira	USD	10,73% a.a.	-	-	-	9.161
Leasing	CLP	6,50% a.a.	-	-	-	471
Leasing	PEN	4,87% a.a.	-	-	-	117
Ativo imobilizado - Moeda Estrangeira	USD	3,90% a.a.	2.114	4.956	2.114	4.956
Ativo imobilizado	TJLP	4,36% a.a.	1.919	-	1.920	-
Ativo imobilizado	TJLP	4,47% a.a.	-	-	973	774
Ativo imobilizado	-	2,52% a.a.	-	-	50	1.971
Ativo imobilizado	-	4,29% a.a.	65.744	73.102	65.744	73.102
Ativo imobilizado	USD	4,13% a.a.	-	-	83.680	33.990
			570.544	551.347	896.836	946.241
Parcela circulante			488.872	147.396	634.093	367.781
Parcela não circulante			81.672	403.951	262.743	578.460

Notas Explicativas**Camil Alimentos S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuaçãoa) Empréstimos e financiamentos--Continuação

Abertura dos empréstimos por instituição financeira:

	Controladora	Consolidado
	28/02/2017	28/02/2017
Banco Citibank	326.143	454.513
Banco Bradesco S.A.	14.847	14.847
Banco Itaú	59.817	89.060
Banco Santander	5.016	43.082
Banco do Brasil	164.435	164.435
BBVA	-	28.217
Banco de La Republica Oriental de Uruguay	-	12.092
HSBC Bank S.A.	-	26.479
DEG Bank	-	10.972
Banco Estado (Chile)	-	14.139
Scotiabank	-	25.865
Outros	286	13.135
	570.544	896.836

Com exceção das operações de capital de giro do Banco do Brasil de R\$164.435, do Banco Citibank de R\$326.143, e do Bradesco de R\$14.847 e da operação de financiamento a importação (finimp) do Banco Itaú de R\$2.114, que não possuem garantias, todos os demais empréstimos e financiamentos estão garantidos por alienação fiduciária de bens do ativo imobilizado (vide Nota Explicativa 10) e penhor mercantil de estoques no valor de R\$5.313. A controlada SAMAN possui empréstimos, no valor de R\$22.935, onde foram dadas em garantia hipotecas, máquinas e estoques das suas Controladas Arrozur S.A e Galofer S.A.

As parcelas de longo prazo dos empréstimos vencem como segue:

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2017	29/02/2016	28/02/2017	29/02/2016
2018	-	328.917	-	432.621
2019	24.604	22.489	79.212	64.479
2020	24.292	21.796	75.877	46.974
2021	9.793	8.957	55.634	12.594
2022	9.209	8.692	38.246	8.692
Após 2022	13.774	13.100	13.774	13.100
Total	81.672	403.951	262.743	578.460

Notas Explicativas**Camil Alimentos S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
 28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016
 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação**b) Debêntures**

A composição das debêntures em circulação é conforme segue:

Espécie	Títulos em circulação	Encargos financeiros anuais	P.U.	Controladora e Consolidado	
				28/02/2017	29/02/2016
Garantia quirografária					
Emitida em 20/01/2012	450,0	CDI + 1,55% a.a.	1.000	-	152.390
Emitida em 04/10/2012	170,0	CDI + 1,35% a.a.	1.000	143.781	180.013
Emitida em 03/07/2014	200,0	CDI + 1,30% a.a.	1.000	212.986	213.449
Emitida em 23/11/2016 - 1ª série	213,9	99% CDI a.a.	1.000	219.490	-
Emitida em 23/11/2016 - 2ª série	188,4	100% CDI a.a.	1.000	193.318	-
Custo transação				(9.121)	(1.900)
				760.454	543.952
Passivo circulante				146.078	209.125
Passivo não circulante				614.376	334.827

Emissão em 20 de janeiro de 2012

Em 20 de janeiro de 2012, os membros do Conselho de Administração da Companhia aprovaram a 2ª emissão de debêntures não conversíveis em ações, da Espécie Quirografária no total de 450 debêntures em duas séries, correspondendo a um valor total de R\$450.000. As debêntures serão amortizadas semestralmente sendo o primeiro pagamento devido em 19 de julho de 2014, e o último pagamento foi em 19 de janeiro de 2017.

O pagamento da remuneração da 1ª série será realizado semestralmente, a partir da data de emissão, nos dias 19 dos meses de janeiro e julho de cada ano, iniciando em 19 de julho de 2012 e finalizando na data de vencimento.

O pagamento da remuneração da 2ª série será realizado trimestralmente, a partir da data de emissão, nos dias 19 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, iniciando em 19 de abril de 2012 e finalizando na data de vencimento e em conjunto com a data de pagamento da remuneração das debêntures da 1ª série.

Os custos incorridos na captação dos recursos foram registrados em conta redutora do passivo, sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo de pagamento das debêntures, pelo método da taxa efetiva de juros. Não houve prêmio na emissão das debêntures.

Notas Explicativas

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

b) Debêntures--Continuação

Emissão em 20 de janeiro de 2012--Continuação

Os recursos captados foram utilizados para o resgate antecipado das 250 debêntures da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com data de emissão em 10 de dezembro de 2009, no valor principal de R\$250.000 na data de emissão, com vencimento em 10 de dezembro de 2014 e saldo liquidado em 19 de janeiro de 2017.

Emissão em 4 de outubro de 2012

No dia 4 de outubro de 2012 foram emitidas 170 debêntures no valor nominal de R\$1.000, pela Docelar Alimentos e Bebidas S.A., não conversíveis em ações da espécie quirografária as quais foram incorporadas pela Camil Alimentos S.A. em 31 de dezembro de 2012, conforme Ata de aprovação do Instrumento de Justificação.

O pagamento da remuneração das debêntures será realizado semestralmente, a partir da data de emissão, nos dias 4 dos meses de abril e outubro de cada ano, iniciando em 4 de abril de 2013.

Emissão em 3 de julho de 2014

No dia 3 de julho de 2014 a Companhia constituiu sua quarta emissão de debêntures no valor de R\$200.000, conforme "Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, Para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Camil Alimentos S.A.", celebrado entre a Emissora e o Banco Bradesco BBI S.A.

Foram emitidas 200 debêntures com valor nominal unitário de R\$1.000 (um milhão de reais), e terão prazo de cinco anos a contar da data da emissão (15 de março de 2014), vencendo-se, portanto, em 15 de março de 2019.

Sobre o saldo devedor do valor nominal unitário de cada uma das debêntures incidirão juros remuneratórios de 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias do DI (depósitos interfinanceiros de um dia), acrescida exponencialmente de um spread de 1,30% ao ano.

Para todas as datas de emissões a Companhia poderá resgatar antecipadamente total ou parcial as debêntures, a partir da data de emissão, mediante comunicação escrita ao Agente Fiduciário e publicação de aviso aos Debenturistas.

Notas Explicativas

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

b) Debêntures--Continuação

Emissão em 3 de julho de 2014--Continuação

Os contratos de emissão de debêntures prevêem o cumprimento dos seguintes compromissos ("covenants"):

- (i) Dívida Líquida/ebtida igual ou inferior a 3,0 (três vezes).
- (ii) ativo circulante/passivo circulante igual ou superior a 1,0 (uma vez).

Emissão em 23 de novembro de 2016 - Certificado de Recebíveis do Agronegócio ("CRA")

No dia 23 de novembro de 2016 a Companhia constituiu sua quinta emissão de debêntures, conforme "Instrumento Particular de Escritura da 5ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em ações, da Espécie Quirografária, em duas séries, Para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Camil Alimentos S.A.", celebrado entre a Emissora e a Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Após a aquisição pela Securitizadora, as debentures foram vinculadas às 91ª e 92ª séries da primeira emissão de certificados de rebêntes do agronegócio da Seciuritizadora ("CRA").

As debentures de primeira série foram emitidas ao custo de 99% a.a. da taxa CDI, com vencimento em 12 de dezembro de 2019 e remuneração semestral (com exceção do último pagamento, que ocorrerá em dezembro de 2019), sendo o primeiro pagamento em 12 de abril de 2017.

As debentures de segunda série foram emitidas ao custo de 100% a.a. da taxa CDI, com vencimento em 12 de dezembro de 2020 e remuneração semestral (com exceção do último pagamento, que ocorrerá em dezembro de 2020), sendo o primeiro pagamento em 12 de maio de 2017.

Os CRAs são decorrentes da compra de açúcar da Companhia contratada com a Raízen Energia S.A. ("Raízen")

Os contratos de emissão de debêntures preveem o cumprimento do seguinte compromisso ("covenants"): Dívida Líquida/EBTIDA igual ou inferior a 3,5 (três vezes)

Para o exercício findo em 28 de fevereiro de 2017 a Companhia está em conformidade com as cláusulas de compromisso.

Notas Explicativas**Camil Alimentos S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação**b) Debêntures--Continuação**

As parcelas de longo prazo das debêntures vencem como segue:

	Controladora e Consolidado	
	28/02/2017	29/02/2016
Fev/18	-	117.798
Fev/19	167.739	167.285
Fev/20	261.517	49.744
Fev/21	185.120	-
Total	614.376	334.827

13. Transações com partes relacionadas

A sociedade controladora da Companhia é a Camil Investimentos S.A. Não há transações entre a Companhia e sua controladora, exceto quanto ao pagamento de dividendos.

Os seguintes saldos são mantidos entre a Companhia, suas controladas e outras partes relacionadas:

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2017	29/02/2016	28/02/2017	29/02/2016
Ativo circulante				
Contas a receber				
Controladas:				
S.A. Molinos Arroceros Nacionales	1.196	2.225	-	-
Ciclo Logística Ltda.	4.302	5.439	-	-
Coligadas:				
Galofer S.A	-	-	5.869	12.153
Comisaco S.A	-	-	2.324	3.248
Arrozur S.A	-	-	107	6
Outros:				
Climuy S.A.	-	-	1.918	8.148
	5.498	7.664	10.218	23.555
Ativo não circulante				
Contas a receber				
Coligadas:				
Ciclo Logística Ltda.	15.934	11.713	-	-
Galofer S.A	-	-	-	7.150
	15.934	11.713	-	7.150
Total do ativo	21.432	19.377	10.218	30.705

Notas Explicativas**Camil Alimentos S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
 28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016
 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

13. Transações com partes relacionadas--Continuação

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2017	29/02/2016	28/02/2017	29/02/2016
Passivo circulante				
Contas a pagar por compras				
Controladas:				
S.A. Molinos Arroceros Nacionales	15.450	4.214	-	-
Ciclo Logística Ltda.	8.911	6.342	-	-
Carreteiro Alimentos S.A.	-	17.435	-	-
Coligadas:				
Climuy S.A.	-	-	617	-
Arrozur S.A.	-	-	2.174	5.332
Tacua S.A.	-	-	6	1.335
Outros:				
Q4 Empreendimentos e Participações Ltda.	1.699	973	1.699	973
Arfei Investimentos S.A.	-	-	50	-
	26.060	28.964	4.546	7.640
Total do Passivo	26.060	28.964	4.546	7.640
	Controladora		Consolidado	
	28/02/2017	29/02/2016	28/02/2017	29/02/2016
Despesa por Compra de Arroz Beneficiado				
S.A Molinos Arroceros Nacionales	103.232	13.517	-	-
La Loma	1.521	-	-	-
Despesas de Aluguel				
Q4 Empreendimentos e Participações Ltda.	14.829	10.045	14.829	10.045
Despesas com frete				
Ciclo Logística Ltda.	70.218	64.522	-	-
Tzar Logística Ltda.	105	45	105	45
Despesas (receitas) com irrigação				
Comisaco S.A.	-	-	924	677
Climuy S.A.	-	-	6.230	943
Despesas com energia elétrica				
Galofer S.A.	-	-	831	1.408
Despesas com parboilização de arroz				
Arrozur S.A.	-	-	15.612	16.174
Despesas com comissões sobre exportações				
Arfei Investimentos S.A.	-	-	900	121
Despesas com serviços portuários				
Tacua S.A.	-	-	4.016	9.077
Total Despesas	189.905	88.129	43.447	38.490

As transações de compras realizadas com a controlada S.A. Molinos Arroceros Nacionales (SAMAN), localizada no Uruguai, referem-se a compra de arroz para abastecer a região Nordeste do Brasil. Os pagamentos são substancialmente efetuados de forma antecipada. Conforme descrito na nota explicativa 2.12, os termos e condições de comercialização celebrados entre os produtores rurais e as indústrias no Uruguai são estabelecidos mediante acordo formal entre as Indústrias ("Gremial de Molinos") e a Associação de Cultivadores de Arroz daquele país ("Asociación de Cultivadores de Arroz").

Notas Explicativas**Camil Alimentos S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
 28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016
 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

13. Transações com partes relacionadas--Continuação

As transações com as demais empresas coligadas e com outras partes relacionadas referem-se substancialmente a adiantamentos por serviços a serem prestados à Companhia e a sua controlada S.A. Molinos Arroceros Nacionales.

O prédio e terreno onde está situado a Unidade Produtiva do Estado de São Paulo e a unidade produtiva de Campo Grande no Estado do Rio de Janeiro, pertencem a Q4 Empreendimentos e Participações Ltda, parte relacionada, que cobra aluguel mensal de R\$720 e R\$704 (R\$523 e R\$450 em 29 de fevereiro de 2016) com vencimento no primeiro dia útil do mês subsequente, respectivamente.

Em 1º de agosto de 2016, ocorreu a cisão parcial desproporcional dos imóveis onde estão situadas as Unidades Produtivas de Sertãozinho e Itajaí as quais foram absorvidas a partir desta data, pelas partes relacionadas, Q4 Sertãozinho Empreendimentos e Participações Ltda e Q4 Itajaí Empreendimentos e Participações Ltda, respectivamente. Desde 1º de agosto de 2016 a Companhia paga aluguel mensal de R\$125 pela unidade de Sertãozinho e R\$150 pela unidade de Itajaí.

a) Avais concedidos

A controlada S.A. Molinos Arroceros Nacionales é garantidora das seguintes operações:

Empresas relacionadas:	28/02/2017	29/02/2016
Em operações de empréstimos bancários		
Arrozur S.A.	1.224	4.504
Comisaco	2.877	3.376
Climuy S.A.	1.550	-
Galofer S.A.	15.902	24.073
	21.553	31.953
Produtores de arroz:		
Em operações de empréstimos bancários	4.109	13.270
Em operações com fornecedores	2.688	3.275
	6.797	16.545

b) Remuneração da Administração

A remuneração dos administradores e Conselheiros Independentes totalizou R\$14.498 (R\$8.260 em 29 de fevereiro de 2016), e está apresentado na rubrica despesas administrativas na demonstração do resultado.

Notas Explicativas**Camil Alimentos S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
 28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016
 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

13. Transações com partes relacionadas--Continuação**b) Remuneração da Administração--Continuação**

Durante o exercício findo em 28 de fevereiro de 2017 houve o desligamento de administradores da companhia, gerando um valor adicional de bônus.

A Companhia não tem como política pagar às pessoas chave da administração remunerações relativas a:

- (1) Benefícios de longo prazo;
- (2) Outros benefícios/remuneração;
- (3) Benefícios pós-emprego, e
- (4) Remuneração baseada em ações.

14. Provisão para demandas judiciais**14.1. Riscos prováveis**

A Companhia tem diversos processos em andamento de natureza trabalhista, cível e tributária, decorrentes do curso normal de seus negócios. Baseada em análises gerenciais e na opinião de seus assessores legais, a Administração mantém registrada provisão para riscos em montante que julga ser suficiente para cobrir eventuais perdas prováveis com esses processos.

A provisão para riscos é assim formada:

Demandas judiciais	Controladora				Total
	Trabalhista	Tributária	Ambiental	Cível	
Em 29 de fevereiro de 2016	9.666	273	11	3.880	13.830
Adições	8.125	350	6	16.589	25.070
Baixas	(6.043)	(69)	-	(3.532)	(9.644)
Em 28 de fevereiro de 2017	11.748	554	17	16.937	29.256

Depósitos judiciais	Controladora				
Em 29 de fevereiro de 2016	(1.329)	(3.539)	-	(10)	(4.878)
Adições	(1.413)	-	-	(3.068)	(4.481)
Baixas	535	48	-	-	583
Em 28 de fevereiro de 2017	(2.207)	(3.491)	-	(3.078)	(8.776)

Notas Explicativas**Camil Alimentos S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
 28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016
 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

14. Provisão para demandas judiciais--Continuação**14.1. Riscos prováveis--Continuação**

Demandas judiciais	Consolidado				Total
	Trabalhista	Tributária	Ambiental	Cível	
Em 29 de fevereiro de 2016	10.644	273	11	3.880	14.808
Adições	9.430	350	6	16.589	26.375
Baixas	(6.043)	(69)	-	(3.532)	(9.644)
Em 28 de fevereiro de 2017	14.031	554	17	16.937	31.539
Depósitos judiciais	Consolidado				Total
	Trabalhista	Tributária	Ambiental	Cível	
Em 29 de fevereiro de 2016	(1.400)	(3.539)	-	(10)	(4.949)
Adições	(1.786)	-	-	(3.068)	(4.854)
Baixas	535	48	-	-	583
Em 28 de fevereiro de 2017	(2.651)	(3.491)	-	(3.078)	(9.220)

14.1.1. Trabalhistas

A Companhia e suas controladas discutem diversas ações trabalhistas, cujos montantes individualmente não são considerados materiais pela Administração. A Companhia constituiu provisão baseada em prognósticos de perda.

14.1.2. Cíveis

A Companhia é ré em ação de cobrança número 0100208-33.2013.8.19.0001, em trâmite pela 13ª Vara Cível do Rio de Janeiro-RJ, movida pela empresa Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda. (SAAL) sob o argumento de que a Companhia rescindiu o contrato de prestação de serviços de tratamento de dejetos industriais, na unidade de São Gonçalo/RJ e, em razão disso, requer o pagamento do valor histórico de R\$6.553. O montante provisionado é de R\$12.606 (atualizado com correção monetária e juros) e o processo aguarda julgamento de embargos de declaração em segundo grau.

14.2. Riscos possíveis

A Companhia está envolvida em processos que pela atual avaliação de probabilidade de êxito estabelecida com base na avaliação dos consultores jurídicos e aspectos legais, não requerem o registro de provisões.

Notas Explicativas

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

14. Provisão para demandas judiciais--Continuação

14.2. Riscos possíveis--Continuação

- (i) Em novembro de 2010, foi lavrado contra a Companhia auto de infração para cobrança de imposto de importação, acrescido de juros de mora e multa no valor total de aproximadamente R\$12.482, processo 10480.723715/2010-12 e em março de 2011, com valor total de aproximadamente R\$33.005, processo 104807231448/2011-20, em ambos os processos foram alegadas importações de arroz com classificação fiscal incorreta e consequente recolhimento do imposto de importação a menor. Os processos estão aguardando o julgamento do recurso voluntário.
- (ii) Em 2007, as autoridades fiscais do Estado de São Paulo lavraram auto de infração contra a Companhia, objetivando a cobrança de ICMS por suposto recolhimento a menor, em função da escrituração de créditos supostamente indevidos, correspondentes à diferença entre o imposto destacado nos documentos fiscais, à alíquota de 12%, e o imposto efetivamente pago no Estado de origem, Rio Grande do Sul, calculado à alíquota de 5% por força de benefício fiscal sem autorização do Confaz. O valor atualizado desta notificação é de R\$11.037, processo 054.8939-96.0089.26.0014. O processo encontra-se suspenso, aguardando julgamento da ação anulatória anteriormente proposta nº 0041124-52.2010.8.26.0053. A matéria em questão "guerra fiscal" encontra-se em análise pelo STF na sistemática de repercussão geral.
- (iii) Autos de infrações lavrados para exigir créditos tributários de IRPJ e CSLL, além de multa isolada, com valor total aproximadamente de R\$13.354 e R\$4.440, relativos ao ano-calendário de 1999 a 2003 e 2004, em decorrência do equivocado entendimento de que as despesas relativas às amortizações do ativo diferido registradas pela empresa seriam indedutíveis na apuração do IRPJ e da CSLL. Os Processos nº 19515.003259/2004-72 e 19515.004131/2007-79, estão aguardando distribuição dos recursos especiais interpostos pelo Contribuinte e pela Fazenda, respectivamente.

15. Programa de parcelamento especial

Parcelamentos adicionais

Em 13 de novembro de 2009, a Companhia protocolou seu pedido de inclusão do saldo devedor do antigo programa de parcelamento especial no novo programa de parcelamento de débitos fiscais federais instituídos pela Lei 11.941 de 27 de maio de 2009. Com base nos dispositivos da nova Lei e suas regulamentações o saldo devedor remanescente foi recalculado e sob ele aplicado às reduções previstas em lei.

Notas Explicativas**Camil Alimentos S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
 28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016
 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

15. Programa de parcelamento especial--ContinuaçãoParcelamentos adicionais--Continuação

Adicionalmente, a Companhia optou pela desistência de certos processos administrativos nos quais discutia notificações emitidas pelas autoridades fiscais por compensação de débitos fiscais de imposto de renda com créditos de PIS e COFINS, tendo incluído os valores devidos, também no parcelamento especial. Abaixo demonstramos os saldos deste parcelamento:

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2017	29/02/2016	28/02/2017	29/02/2016
Saldo devedor original	100.154	100.154	100.154	100.154
Saldo incorporação Speed Transportes Ltda	-	-	1.420	1.420
Parcelamentos consolidados em 2016	370	-	370	-
Juros e atualizações	38.586	34.004	38.741	34.164
Amortizações ocorridas	(76.052)	(66.054)	(76.586)	(66.406)
Redução de multa e juros conforme lei 11.941/09	(3.574)	(3.574)	(3.574)	(3.574)
	59.484	64.530	60.525	65.758
Circulante	9.613	9.782	9.780	9.964
Não circulante	49.871	54.748	50.745	55.794

16. Patrimônio líquidoa) Capital social

Em 1º de agosto de 2016, houve aumento do capital social da Companhia no valor de R\$73.724, mediante a emissão de 4.396.173 novas ações ordinárias, escriturais, todas nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R\$16,77 por ação, onde 3.184.688 ações foram subscritas e integralizadas por WP Angra dos Reis Holdco S.A. ("WP") e 1.211.485 ações foram subscritas e integralizadas pela acionista controladora Camil Investimentos S.A. Neste ato a Camil Investimentos S.A. cedeu seu direito de preferência na subscrição de 1.788.908 ações emitidas em razão do aumento de capital ora implementado para a WP.

Notas Explicativas**Camil Alimentos S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
 28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016
 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

16. Patrimônio líquido--Continuação**a) Capital social--Continuação**

Em 1º de agosto de 2016, houve a cisão parcial desproporcional da Companhia, com a consequente redução de imobilizado e do capital, no montante de R\$19.778, correspondente ao valor residual contábil do acervo patrimonial cindido para as novas sociedades constituídas sob as denominações Q4 Sertãozinho Empreendimentos e Participações Ltda. e Q4 Itajaí Empreendimentos e Participações Ltda., mediante o cancelamento de 1.644.601 ações ordinárias, escriturais, nominativas e sem valor nominal, todas com titularidade da acionista Camil Investimentos S.A., passando o atual capital social da Companhia para R\$581.374, dividido em 115.738.312 ações ordinárias, escriturais, nominativas e sem valor nominal.

Em 17 de janeiro de 2017, houve aumento do capital social da Companhia no valor de R\$727,90 (setecentos e vinte e sete reais e noventa centavos), mediante a emissão de 7.278.980 novas ações ordinárias, escriturais, todas nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R\$1,00 para cada 10.000 (dez mil) ações, em razão do exercício pela acionista Camil Investimentos S.A. do bônus de subscrição emitido pela Companhia e subscrito pela acionista Camil Investimentos S.A. em 1 de agosto de 2016, constante do certificado de mesmo número (o "Bônus de Subscrição").

b) Dividendos

Às ações do capital social é assegurada a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado, após deduções legais. A Companhia poderá, por deliberação do conselho de administração, levantar demonstrações financeiras intercalares mensal, trimestral ou semestralmente e distribuir dividendos com base nas demonstrações financeiras intercalares, observados os limites legais.

	28/02/2017	29/02/2016
Lucro do exercício	201.531	110.776
Ajuste de realização do custo atribuído	4.110	3.993
Constituição de reserva legal	(10.077)	(5.539)
Base para cálculo do dividendo	195.564	109.230
Dividendos mínimos obrigatórios	(48.891)	-
Dividendos complementares pagos	(107.833)	(4.050)
(%) de dividendos mínimos obrigatórios	25%	-

Notas Explicativas**Camil Alimentos S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
 28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016
 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

16. Patrimônio líquido--Continuaçãob) Dividendos--Continuação

As distribuições de dividendos foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração, conforme a seguir:

- Em 1º de agosto de 2016 no montante de R\$73.724;
- Em 27 de setembro de 2016 no montante de R\$25.000; e
- Em 19 de janeiro de 2017 no montante de R\$58.000.

Os montantes foram registrados à conta reserva de lucros de exercícios anteriores.

c) Reserva legal

É constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social, que totaliza no exercício findo em 28 de fevereiro de 2017, o valor de R\$44.101 (R\$34.024 em 29 de fevereiro de 2016).

d) Reserva de retenção de lucros

Será destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital a ser aprovado na Assembleia Geral Ordinária dos acionistas que aprovará as demonstrações financeiras de 28 de fevereiro de 2017 .

e) Outros resultados abrangentes

	Controladora e Consolidado	
	28/02/2017	29/02/2016
Varição cambial sobre investimentos no exterior	180.598	345.067
Custo atribuído	48.544	52.653
Ajuste de avaliação patrimonial	229.142	397.720

Notas Explicativas**Camil Alimentos S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
 28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016
 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

17. Imposto de renda e contribuição socialConciliação dos valores registrados ao resultado

	Controladora			
	28/02/2017		29/02/2016	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes dos impostos	284.577	284.577	158.479	158.479
Alíquotas nominais	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social pela taxa nominal	(71.144)	(25.612)	(39.620)	(14.263)
Imposto de renda e contribuição social s/ lucro no Brasil	(69.796)	(19.243)	(39.706)	(10.676)
Imposto de renda e contribuição social s/ lucro no Exterior (*)	(1.348)	(6.369)	86	(3.587)
	(71.144)	(25.612)	(39.620)	(14.263)
Equivalência patrimonial	16.629	5.986	9.142	3.291
Exclusões (adições) permanentes	(6.506)	(2.399)	(4.598)	(1.655)
Valor registrado no resultado	(61.021)	(22.025)	(35.076)	(12.627)
Imposto de renda e contribuição social pela taxa efetiva	-	(83.046)	-	(47.703)
Alíquotas efetivas	-	-29,2%	-	-30,1%

	Consolidado			
	28/02/2017		29/02/2016	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes dos impostos	302.378	302.378	181.211	181.211
Alíquotas nominais	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social pela taxa nominal	(75.595)	(27.214)	(45.303)	(16.309)
Equivalência patrimonial	185	67	(1.414)	(509)
Exclusões (adições) permanentes	1.215	495	(5.074)	(1.826)
Valor registrado no resultado	(74.195)	(26.652)	(51.791)	(18.644)
Imposto de renda e contribuição social pela taxa efetiva	-	(100.847)	-	(70.435)
Alíquotas efetivas	-	-33,4%	-	-38,9%

(*) Imposto de renda calculado à alíquota de 25% para as controladas sediadas no Uruguai, 24% para as sediadas no Chile, 29,5% para as sediadas no Peru e 35% para as sediadas na Argentina. Não há incidência de contribuição social nesses países.

Notas Explicativas**Camil Alimentos S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

17. Imposto de renda e contribuição social--ContinuaçãoImposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2017	29/02/2016	28/02/2017	29/02/2016
Diferença temporária ativa				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.498	2.029	4.204	2.680
Provisão para comissões sobre vendas	-	384	-	384
Base negativa IRPJ e CSLL	2.216	-	2.216	-
Provisão para participação nos resultados	6.086	6.422	6.086	6.422
Provisão para perdas de ICMS	4.099	8.716	4.099	8.716
Provisão para demandas judiciais	9.758	4.609	9.758	4.609
Créditos diferidos sobre ágio GIF Codajás (*)	11.752	25.854	11.752	25.854
Outras provisões temporárias	14.234	10.668	16.566	13.525
Total	51.643	58.682	54.681	62.190
Diferença temporária passiva				
Diferimento depreciação inovação tecnológica	-	489	-	489
Diferimento pagamentos CSLL (MP219)	2.309	4.708	2.309	4.708
Diferença entre ágio contábil e ágio fiscal	27.655	5.092	27.655	5.092
Sobre alocação à intangíveis	41.971	44.358	47.937	53.411
Sobre alocação à imobilizados	19.245	20.470	19.245	27.370
Custo atribuído ao imobilizado (deemed cost)	43.672	50.944	43.672	50.944
Outros	-	-	13.798	7.845
	134.852	126.061	154.616	149.859
Imposto de renda e contribuição social diferido líquido				
Passivo não circulante	83.209	67.379	99.935	87.669

(*) Os créditos tributários por incorporação referem-se ao futuro benefício de imposto de renda e contribuição social, com base na amortização contábil e fiscal de ágio incorporado. Em 1º de dezembro de 2012, a GIF Codajás Participações S.A. (GIF Codajás) empresa que detinha participação no capital social da Camil, foi incorporada pela Camil Alimentos S.A. O ágio pago por GIF Codajás, justificado pela expectativa de rentabilidade futura, foi incorporado pela Camil, líquido da provisão retificadora do ágio prevista pela Instrução CVM nº 319/99 que, em essência, representa o benefício fiscal decorrente da dedutibilidade do referido ágio. O acervo líquido incorporado será amortizado contabilmente e fiscalmente em um prazo estimado de cinco anos e teve como contrapartida uma reserva especial de ágio a ser transferida para a conta de capital em favor dos acionistas quando da realização total do benefício fiscal.

Notas Explicativas**Camil Alimentos S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

17. Imposto de renda e contribuição social--ContinuaçãoReconciliação Imposto de renda e contribuição social diferidos lançado no resultado

	Controladora		Variação
	28/02/2017	29/02/2016	
Ativo diferido	51.643	58.682	(7.039)
Passivo diferido	(134.852)	(126.061)	(8.791)
Impostos diferidos registrados no resultado do exercício			(15.830)
	Consolidado		Variação
	28/02/2017	29/02/2016	
Ativo diferido	54.681	62.190	(7.509)
Passivo diferido	(154.616)	(149.859)	(4.757)
			(12.266)
Variação cambial			(1.610)
Impostos diferidos registrados no resultado do exercício			(13.876)

18. Despesas e receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2017	29/02/2016	28/02/2017	29/02/2016
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	(150.621)	(155.992)	(171.385)	(181.129)
Derivativos	(19.307)	-	(19.307)	-
Variação cambial	(7.321)	(9.135)	(11.099)	(21.214)
Variação monetária	(5.345)	(11.807)	(5.338)	(11.724)
Outras	(7.811)	(3.632)	(17.757)	(13.838)
	(190.405)	(180.566)	(224.886)	(227.905)
Receitas financeiras				
Juros	5.772	4.325	9.848	8.823
Descontos	3.275	3.134	3.844	3.568
Aplicações financeiras	33.496	27.623	43.192	35.744
Variação cambial	1.972	5.811	8.491	10.454
Variação monetária	479	11.612	479	11.612
Outras	1.018	1.745	1.018	1.759
	46.012	54.250	66.872	71.960
Total	(144.393)	(126.316)	(158.014)	(155.945)

Notas Explicativas

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

19. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

Conforme mencionado na Nota Explicativa 1, os negócios da Companhia e suas controladas compreendem a industrialização e a comercialização, no país e no exterior, de diversos produtos, principalmente arroz, feijão, açúcar e pescado.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação.

a) Mensuração do valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros, como, por exemplo aplicações financeiras e derivativos a valor justo em cada data de fechamento do balanço patrimonial. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; ou
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade de um participante do mercado gerar benefícios econômicos por meio da utilização ideal do ativo ou vendendo-o a outro participante do mercado que também utilizaria o ativo de forma ideal. A Companhia utiliza técnicas de avaliação adequadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes para mensuração do valor justo, maximizando o uso de informações disponíveis pertinentes e minimizando o uso de informações não disponíveis. Essas metodologias de avaliação não foram alteradas nos exercícios apresentados.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

Notas Explicativas

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

19. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

a) Mensuração do valor justo--Continuação

- Nível 1 — Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2 — Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável;
- Nível 3 — Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações a valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados a valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas. Com base em sua avaliação, a Administração considera que os valores justos dos principais instrumentos financeiros apresentados não possuem diferenças significativas dos valores contabilizados, como abaixo indicado:

		Controladora			
		2017		2016	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos financeiros					
Empréstimos e recebíveis		479.236	479.236	393.099	393.099
Contas a receber de clientes e outros	2	479.236	479.236	393.099	393.099
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		598.893	598.893	382.897	382.897
Caixa e equivalentes de caixa	1	95.005	95.005	352.519	352.519
Aplicações financeiras	2	503.274	503.274	30.378	30.378
Derivativos	2	614	614	-	-
Passivos financeiros					
Mensurado pelo custo amortizado		1.653.573	1.653.573	1.338.988	1.338.988
Fornecedores	2	322.575	322.575	243.689	243.689
Empréstimos e financiamentos	2	570.544	570.544	551.347	551.347
Debêntures	2	760.454	760.454	543.952	543.952

Notas Explicativas**Camil Alimentos S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

19. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuaçãoa) Mensuração do valor justo--Continuação

	Nível	Consolidado			
		2016		2015	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos financeiros					
Empréstimos e recebíveis		676.680	676.680	615.038	615.038
Contas a receber de clientes e outros	2	676.680	676.680	615.038	615.038
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		643.586	643.586	492.117	492.117
Caixa e equivalentes de caixa	1	139.698	139.698	441.377	441.377
Aplicações financeiras	2	503.274	503.274	50.740	50.740
Derivativos	2	614	614	-	-
Passivos financeiros					
Mensurado pelo custo amortizado		2.125.171	2.125.171	1.950.754	1.950.754
Fornecedores	2	467.881	467.881	460.561	460.561
Empréstimos e financiamentos	2	896.836	896.836	946.241	946.241
Debêntures	2	760.454	760.454	543.952	543.952

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, assim como das aplicações financeiras estão apresentados ao seu valor justo, que equivalem aos seus respectivos valores contábeis na data do balanço

Os derivativos também estão reconhecidos baseados em seus respectivos valores justos estimados com base nos respectivos contratos objeto e com dados observáveis de mercado que incluem a movimentação das moedas nas quais os derivativos estão designados. Nesses casos, os ativos e passivos são classificados em Nível 2. Abaixo estão dispostas maiores informações referentes aos derivativos e sua mensuração:

Operações	Risco	Moeda	Quantidade de contratos	Valor principal	Valor dos instrumentos de proteção	Ganho/perda
Instrumentos financeiros derivativos	Importações futuras	Dólar	245	12.250	38.415	561
Instrumentos financeiros derivativos	Importações futuras	Euro	25	1.250	4.149	53
Saldo em 28/02/2017			270	13.500	42.564	614

Os saldos de contas a receber de clientes decorrem diretamente das operações comerciais da Companhia, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos atualizações cambiais e monetárias, perdas estimadas para liquidações duvidosas e eventuais descontos concedidos.

Notas Explicativas

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

19. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

a) Mensuração do valor justo--Continuação

Os saldos de fornecedores decorrem diretamente das operações comerciais da Companhia, estão registradas pelos seus valores originais, sujeitos a atualizações cambiais e monetárias, quando aplicável.

Empréstimos e financiamentos e debêntures são classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado pelo método de taxa efetiva de juros, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, que refletem os termos e condições usuais captados em mercado junto. Desta forma, os valores de justos destes empréstimos e financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis na data do balanço.

b) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas controladas

As operações da Companhia e de suas controladas estão sujeitas aos seguintes principais riscos:

Risco de crédito

A Companhia e suas controladas estão potencialmente sujeitas ao risco de crédito da contraparte em suas operações de aplicações financeiras e contas a receber.

As políticas de vendas da Companhia e suas controladas estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e a diversificação das vendas (pulverização do risco). A Companhia e suas controladas historicamente tem obtido resultados satisfatórios em relação às suas metas de mitigação deste risco. As aplicações são sempre mantidas em bancos listados entre os 10 maiores do país.

A Companhia e suas controladas não possuíam, no exercício findo em 28 de fevereiro de 2017, clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total.

Risco liquidez

Risco de liquidez representa o encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas (substancialmente empréstimos e financiamentos). A Companhia e suas controladas tem políticas de monitoramento de caixa para evitar o descasamento de contas a receber e a pagar. Adicionalmente, a Companhia mantém saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa. A Companhia e suas controladas historicamente tem obtido resultados satisfatórios em relação às suas metas de mitigação deste risco.

Notas Explicativas

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

19. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

- b) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas controladas--
Continuação

Risco de mercado

Risco de preços dos insumos e dos produtos acabados

Os principais insumos utilizados no processo produtivo da Companhia e suas controladas são *commodities* agrícolas, cujos preços sofrem flutuações em função das políticas públicas de fomento agrícola, sazonalidade de safras e efeitos climáticos, podendo acarretar perda em decorrência da flutuação de preços no mercado. Para minimizar esse risco, a Companhia monitora permanentemente as oscilações de preço nos mercados nacional e internacional. A Companhia historicamente tem obtido resultados satisfatórios em relação às suas metas de mitigação deste risco.

Risco da taxa de juros

Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos, ou reduzir o ganho com suas aplicações. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de juros do mercado. Com objetivo de reduzir os possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia e suas controladas adotam a política de manter seus recursos aplicados em instrumentos atrelados ao CDI. A Companhia historicamente tem obtido resultados satisfatórios em relação às suas metas de mitigação deste risco.

Risco de taxas de câmbio

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, principalmente hedge financeiro, com o propósito de proteger suas importações contra riscos de flutuação nas taxas de câmbio.

As perdas e os ganhos com as operações de derivativos são reconhecidos diariamente no resultado, considerando-se o valor de realização desses instrumentos (valor de mercado). A provisão para as perdas e ganhos não realizados é reconhecida na conta "Instrumentos Financeiros - Derivativos", no balanço patrimonial e a contrapartida no resultado é na rubrica "Ganhos/Perdas - Derivativos", líquidas.

Notas Explicativas

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

19. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

b) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas controladas--
Continuação

c) Análise de sensibilidade

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário 1), segundo avaliação efetuada pela administração, considerando um horizonte de doze meses, quando deverão ser divulgadas as próximas informações financeiras contendo tal análise. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários 2 e 3).

Análise de sensibilidade - dívidas e aplicações financeiras

As operações financeiras de investimento de caixa e captação atrelados a moedas diferentes de reais, CDI e TJLP estão sujeitas a variação da taxa de câmbio (USD/BRL, CLP/BRL, PEN/BRL e EUR/BRL) e da taxa de juros.

Notas Explicativas**Camil Alimentos S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

19. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuaçãoc) Análise de sensibilidade--Continuação*Análise de sensibilidade - dívida (valoração das taxas)*

Programa	Instrumento	Risco	Taxa a.a	Cenário 1 Provável R\$ (Mil)	Cenário 2 25% R\$ (Mil)	Cenário 3 50% R\$ (Mil)
Financiamento	FINIMP	Flutuação do BRL/USD	3,30	(354)	(1.811)	(3.268)
Financiamento	FINAME	Flutuação da TJLP	7,50%	(150)	(188)	(225)
Financiamento	Capital de Giro	Flutuação do CDI	9,80%	(47.635)	(59.543)	(71.452)
Financiamento	Debêntures	Flutuação do CDI	9,80%	(76.175)	(95.219)	(114.262)
Financiamento	Dívida denominada em USD	Flutuação do BRL/USD	3,30	(9.365)	(47.860)	(86.356)
Financiamento	Dívida denominada em PEN (**)	Flutuação do BRL/PEN	1,015671	(8.410)	(42.982)	(77.554)
Financiamento	Dívida denominada em ARS (***)	Flutuação do BRL/ARS	0,213910	(460)	(2.349)	(4.238)
Financiamento	Dívida denominada em CLP (*)	Flutuação do BRL/CLP	0,005109	(2.595)	(13.263)	(23.931)
Total				(145.144)	(263.215)	(381.286)

Análise de sensibilidade - investimentos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (desvalorização das taxas)

Programa	Instrumento	Risco	Taxa a.a	Cenário 1 Provável R\$ (Mil)	Cenário 2 -25% R\$ (Mil)	Cenário 3 -50% R\$ (Mil)
Investimentos de caixa	Aplicações financeiras	Flutuação do CDI	9,80%	55.497	41.623	27.749
Investimentos de caixa (**)	Aplicações financeiras	Flutuação do BRL/CLP	0,005109	22.330	16.748	11.165
Total				77.827	58.371	38.914

(*) CLP - pesos Chilenos

(**) PEN - Novo Sol /Peru

(***) ARS - Pesos Argentinos

As fontes de informação para as taxas utilizadas acima foram obtidas no Banco Central - BACEN.

Notas Explicativas

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

20. Programa de participação nos resultados

Em conformidade com Acordo firmado com as categorias de seus colaboradores, a Controladora passou a ter um Programa de Participação nos Resultados ("PPR"), para seus colaboradores.

Para o exercício findo em 28 de fevereiro de 2017, o valor a ser distribuído a título de participação nos resultados passou a ser calculado com base na relação EBITDA/Receita Líquida de vendas e serviços da Companhia. Posteriormente, se avalia o alcance ou superação dos objetivos globais da Companhia e alcance ou superação de seus objetivos setoriais ou áreas específicas. A Companhia registrou uma provisão de R\$17.119 (R\$18.887 em 29 de fevereiro de 2016), às rubricas PPR a pagar e Bônus estatutários a pagar, do passivo circulante no grupo de outras contas a pagar.

21. Cobertura de seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de mitigar riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Risco	Período de vigência		Valor em risco	
	De	Até	Controladora	Consolidado
Incêndios e riscos diversos	30/05/2016	30/05/2017	1.116.523	2.195.925
Responsabilidade civil	30/05/2016	30/05/2017	60.000	68.999
Processos judiciais	27/04/2016	27/04/2021	21.693	21.693
Processos judiciais	02/05/2016	02/05/2021	1.900	1.900

A suficiência da cobertura de seguros da Companhia e suas controladas são determinadas pela Administração que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

Notas Explicativas**Camil Alimentos S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
 28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016
 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

22. Receita bruta de vendas

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2017	29/02/2016	28/02/2017	29/02/2016
Receita bruta de vendas				
Vendas de mercadorias e serviços no mercado interno	4.269.765	3.334.470	5.186.562	4.341.514
Vendas de mercadorias no mercado externo	77.699	124.131	539.329	541.493
	4.347.464	3.458.601	5.725.891	4.883.007
Deduções de vendas				
Impostos sobre vendas	(350.001)	(285.349)	(383.922)	(319.245)
Devoluções e abatimentos	(309.547)	(233.747)	(394.239)	(334.813)
	(659.548)	(519.096)	(778.161)	(654.058)
Receita líquida de vendas e serviços	3.687.916	2.939.505	4.947.730	4.228.949

23. Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2017	29/02/2016	28/02/2017	29/02/2016
Despesas por função				
Custo dos produtos vendidos	(2.788.176)	(2.206.188)	(3.726.592)	(3.194.800)
Despesas com vendas	(344.608)	(293.574)	(508.654)	(444.430)
Despesas gerais e administrativas	(199.014)	(171.970)	(256.024)	(227.081)
	(3.331.798)	(2.671.732)	(4.491.270)	(3.866.311)
Despesas por natureza				
Depreciação e amortização	(53.665)	(53.288)	(86.599)	(85.755)
Despesas com pessoal	(274.551)	(257.630)	(427.719)	(392.448)
Matéria prima e materiais	(2.447.604)	(1.888.119)	(3.175.479)	(2.660.694)
Fretes	(223.714)	(207.241)	(279.235)	(275.849)
Despesas com serviços de terceiros	(51.968)	(52.895)	(61.733)	(62.227)
Despesas com manutenção	(54.138)	(50.886)	(76.662)	(63.418)
Outras despesas	(226.158)	(161.673)	(383.843)	(325.920)
	(3.331.798)	(2.671.732)	(4.491.270)	(3.866.311)

Notas Explicativas

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

24. Informações por segmento

As informações dos segmentos da Companhia estão incluídas nas tabelas a seguir:

	Alimentício Brasil		Alimentício Internacional		Consolidado	
	28/02/2017	29/02/2016	28/02/2017	29/02/2016	28/02/2017	29/02/2016
Receita líquida de vendas	3.683.270	2.935.335	1.264.460	1.293.614	4.947.730	4.228.949
Lucro bruto	893.093	728.073	328.045	306.076	1.221.138	1.034.149
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(525.792)	(458.227)	(238.866)	(213.284)	(764.678)	(671.511)
Outras receitas (despesas) operacionais e resultado de equivalência patrimonial	(5.406)	(19.994)	9.338	(5.488)	3.932	(25.482)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras	361.895	249.852	98.497	87.304	460.392	337.156
Despesas financeiras	(190.601)	(180.921)	(34.285)	(46.984)	(224.886)	(227.905)
Receitas financeiras	48.095	55.473	18.777	16.487	66.872	71.960
Lucro antes dos impostos	219.389	124.404	82.989	56.807	302.378	181.211
IRPJ e CSLL	(85.509)	(49.828)	(15.338)	(20.607)	(100.847)	(70.435)
Lucro líquido	133.880	74.576	67.651	36.200	201.531	110.776
Ativo circulante	1.724.072	1.294.549	655.761	896.255	2.379.833	2.190.804
Ativo não circulante	987.669	995.516	463.136	555.484	1.450.805	1.551.000
Passivo circulante	1.046.462	728.197	363.907	515.451	1.410.369	1.243.648
Passivo não circulante	861.734	877.781	197.812	193.937	1.059.546	1.071.718
Depreciações e amortizações	56.000	54.754	30.599	31.001	86.599	85.755
Capex	36.883	41.708	34.106	39.924	70.989	81.632

Notas Explicativas

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

25. Evento subsequente

Em 17 de abril de 2017, foi protocolizado, pela Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., junto à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") o Pedido de Registro da Oferta Pública de Distribuição de Certificados de Recebíveis do Agronegócio, que terão como lastro direitos creditórios representados por debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em 2 (duas) séries, para colocação privada, a serem emitidas pela Companhia. Na série A serão emitidas 238.020 debêntures com valor nominal unitário de R\$1 (mil reais), com remuneração correspondente a 97% da variação acumulada da Taxa DI e vencimento em 21 de julho de 2020. Na série B serão emitidas 166.980 debêntures com valor nominal unitário de R\$1 (mil reais), com remuneração correspondente a 98% da variação acumulada da Taxa DI e vencimento em 20 de julho de 2021.

O valor total da oferta é de R\$405.000 (quatrocentos e cinco milhões de reais) e a liquidação financeira ocorreu em 18 de julho de 2017.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Administradores e Acionistas da
Camil Alimentos S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Camil Alimentos S.A. (ou “Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 28 de fevereiro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Camil Alimentos S.A. em 28 de fevereiro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Reapresentação das Demonstrações Financeiras

Em 24 de julho de 2017, emitimos relatório de auditoria sem modificação sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Camil Alimentos S.A., que ora estão sendo reapresentadas. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.1, essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir a divulgação de determinadas informações sobre premissas consideradas no teste de redução ao valor recuperável do ágio e demais ativos intangíveis com vida útil indefinida, descritas na referida Nota Explicativa. Nossa opinião continua sendo sem qualquer modificação.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita

Parte substancial das receitas de vendas da Companhia são provenientes da venda de produtos para o varejo, cuja entrega do produto não ocorre necessariamente na mesma data da emissão da fatura. A norma contábil CPC 30 (R1) - Receitas (equivalente à norma internacional IAS 18 - Revenues) determina que receitas de vendas somente devem ser reconhecidas quando os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos produtos vendidos tiverem sido substancialmente transferidos para o comprador, dentre outros critérios.

Esse assunto foi considerado significativo para nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos montantes envolvidos, a distribuição geográfica dos clientes da Companhia e a necessidade de manutenção de rotinas e controles internos para identificar e mensurar a receita de produtos faturados e não entregues, cuja receita poderia ser reconhecida na competência incorreta.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação dos controles internos chaves relacionados ao processo de venda, envio de cartas de confirmação externa para uma amostra de clientes, análise dos documentos de venda visando confirmar a data da entrega dos produtos para uma amostra das receitas reconhecidas ao longo do ano e análise das devoluções e cancelamentos ocorridos subsequentemente a fevereiro de 2017, considerando o risco adicional existente no período de encerramento do exercício. Adicionalmente, efetuamos procedimentos analíticos sobre os saldos correspondentes, considerando as expectativas obtidas com base em nosso conhecimento histórico da Companhia, além de tendências e sazonalidade da operação aplicáveis ao setor.

Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações relacionadas ao assunto, incluídas na Nota Explicativa nº 2.5.

Cláusulas restritivas sobre empréstimos, financiamentos e debêntures - "covenants"

Em 28 de fevereiro de 2017, a Companhia possui o montante de R\$1.330.998 mil e R\$1.657.290 mil (saldos individual e consolidado, respectivamente) em empréstimos, financiamentos e debêntures sujeitos ao cumprimento de cláusulas restritivas anuais ("covenants"), as quais são baseadas, principalmente, em índices de dívida líquida/EBITDA e de alavancagem. O descumprimento de qualquer um desses "covenants" contidos nos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures pode resultar na declaração de vencimento antecipado de um ou mais contratos, o que obrigaria a Companhia a pagar de imediato todos os respectivos valores em aberto, e, sendo assim, impactaria de forma significativa sua posição patrimonial, financeira e de liquidez, motivo pelo qual consideramos o cumprimento destas cláusulas restritivas como um principal assunto de auditoria.

A Companhia monitora constantemente o cumprimento dos "covenants". As divulgações sobre as cláusulas restritivas estão incluídas na Nota Explicativa nº 12 às demonstrações financeiras.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros (i) o entendimento detalhado dos termos dos "covenants" incluídos nos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures firmados junto às instituições financeiras e/ou agente fiduciário; (ii) o teste matemático das premissas determinadas nos contratos para o cálculo dos "covenants" e a verificação do seu respectivo cumprimento em 28 de fevereiro de 2017; (iii) procedimentos de confirmação dos saldos e correspondentes datas de vencimento junto às instituições financeiras e/ou agente fiduciário; e (iv) a avaliação das divulgações sobre o tema nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 28 de fevereiro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 18 de setembro de 2017

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Douglas Travaglia Lopes Ferreira
Contador CRC-1SP218313/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO DA DIRETORIA**

LUCIANO MAGGI QUARTIERO, brasileiro, casado, administrador de empresas, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Fortunato Ferraz, nº 1.001 a 1.141 – frente, Vila Anastácio, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF) sob nº 176.015.658-23 e portador do Documento de Identidade RG nº 20.280.735-6 SSP/SP, FLAVIO JARDIM VARGAS, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Fortunato Ferraz, nº 1001/1141 (frente), Vila Anastácio, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF) sob nº 165.910.258-80 e portador do Documento de RG nº 11.836.637-3 SSP/SP, CLAUDIO ANTONIO GIGLIO DA SILVA, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Fortunato Ferraz, nº 1.001 a 1.141 – frente, Vila Anastácio, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF) sob nº 473.302.440-15 e portador do Documento de Identidade RG nº 56.277.995-4 SSP/SP, JAIME GHISI FILHO, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Fortunato Ferraz, nº 1001/1141 (frente), Vila Anastácio, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF) sob nº 367.214.500-97 e portador(a) do Documento de Identidade RG nº 60.849.678-9 SSP/SP, e ANDRÉ FERREIRA ZIGLIA, brasileiro, casado, engenheiro agrícola, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Fortunato Ferraz, nº 1.001 a 1.141 – frente, Vila Anastácio, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF) sob nº 428.017.700-78 e portador do Documento de Identidade RG nº 400.673.419-1 SSP/RS, doravante denominados simplesmente “Declarantes”, na qualidade de Diretores da CAMIL ALIMENTOS S.A., sociedade anônima com sede na Cidade e Estado de São Paulo, à Rua Fortunato Ferraz, nº 1.001 a 1.141 – frente, Vila Anastácio, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ) sob nº 64.904.295/0001-03, doravante denominada simplesmente, vêm, nos termos dos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 480”), declarar que: (i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado 28 de fevereiro de 2017. A Administração da Companhia aprovou e autorizou a publicação das demonstrações financeiras de 28 de fevereiro de 2017, as quais foram reemitidas em 18 de setembro de 2017, devido ao complemento da nota explicativa de intangíveis (nota 11).

São Paulo, 18 de setembro de 2017.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

LUCIANO MAGGI QUARTIERO, brasileiro, casado, administrador de empresas, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Fortunato Ferraz, nº 1.001 a 1.141 – frente, Vila Anastácio, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF) sob nº 176.015.658-23 e portador do Documento de Identidade RG nº 20.280.735-6 SSP/SP, FLAVIO JARDIM VARGAS, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Fortunato Ferraz, nº 1001/1141 (frente), Vila Anastácio, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF) sob nº 165.910.258-80 e portador do Documento de Identidade RG nº 11.836.637-3 SSP/SP, CLAUDIO ANTONIO GIGLIO DA SILVA, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Fortunato Ferraz, nº 1.001 a 1.141 – frente, Vila Anastácio, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF) sob nº 473.302.440-15 e portador do Documento de Identidade RG nº 56.277.995-4 SSP/SP, JAIME GHISI FILHO, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Fortunato Ferraz, nº 1001/1141 (frente), Vila Anastácio, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF) sob nº 367.214.500-97 e portador(a) do Documento de Identidade RG nº 60.849.678-9 SSP/SP, e ANDRÉ FERREIRA ZIGLIA, brasileiro, casado, engenheiro agrícola, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Fortunato Ferraz, nº 1.001 a 1.141 – frente, Vila Anastácio, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF) sob nº 428.017.700-78 e portador do Documento de Identidade RG nº 400.673.419-1 SSP/RS, doravante denominados simplesmente “Declarantes”, na qualidade de Diretores da CAMIL ALIMENTOS S.A., sociedade anônima com sede na Cidade e Estado de São Paulo, à Rua Fortunato Ferraz, nº 1.001 a 1.141 – frente, Vila Anastácio, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ) sob nº 64.904.295/0001-03, doravante denominada simplesmente, vêm, nos termos dos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 480”), declarar que: (i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado 28 de fevereiro de 2017. A Administração da Companhia aprovou e autorizou a publicação das demonstrações financeiras de 28 de fevereiro de 2017, as quais foram reemitidas em 18 de setembro de 2017, devido ao complemento da nota explicativa de intangíveis (nota 11).

São Paulo, 18 de setembro de 2017.